

Demonstrações Financeiras

2018

Banco
PAN

Relatório da Administração

4T18

Banco
PAN

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração do Banco PAN S.A. (“PAN”, “Banco” ou “Companhia”) e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

REVOLUÇÃO SILENCIOSA e PROPÓSITO

Nos últimos anos, o PAN realizou uma **revolução silenciosa**, reestruturou serviços e processos internos, contratou profissionais de destaque em suas áreas de atuação e investiu de forma relevante em tecnologia. **Ao longo de 2019**, ampliará ainda mais seu portfólio, se tornando um **banco digital completo** com conta corrente e cartão de crédito **sem tarifa** e diversos outros produtos de crédito e serviços **para as classes C, D e E**, amparados pela sua **expertise de crédito**.

Seu propósito é mudar a visão do seu público-alvo sobre o acesso ao crédito e aos serviços bancários, e para isso investiu em inovação e na simplificação de seus processos, avançando na estratégia de **originação de crédito omnichannel e sem limitações físicas**, através de **plataformas digitais e sem uso de papel**, oferecendo crédito com **taxas competitivas**. Essa combinação permite **escalabilidade** e a **captura de ganhos de eficiência** nos diversos canais.

O PAN acredita ter **vantagens competitivas** em relação a concorrentes diretos e novos entrantes, embasadas em 3 pilares: (i) **capital e funding disponíveis**, sendo o 2º maior banco médio privado brasileiro em ativos totais, (ii) **vasta experiência em crédito** para as classes C, D e E, com utilização de dados não estruturados, aliada a técnicas avançadas de modelagem como *Machine Learning* e (iii) **ampla base e fluxo orgânico de novos clientes**.

O Banco gere uma carteira de 4,3 milhões de clientes e ao longo de 2018 capturou cerca de 80 mil novos clientes por mês.

AMBIENTE ECONÔMICO

A produção industrial de novembro registrou variação mensal de 0,1%, interrompendo a trajetória de quatro meses consecutivos de taxas negativas, período em que acumulou redução de 2,8%. No índice acumulado dos onze meses de 2018, o setor registrou crescimento de 1,5%. Já na comparação anual, o setor industrial mostrou recuo de 0,9% ao final de novembro.

Do lado da demanda, as vendas no varejo apresentaram crescimento de 2,9% na comparação mensal e avanço anual de 4,4% em novembro. O crescimento acumulado até novembro foi de 2,5%, enquanto o acumulado nos últimos 12 meses ficou em 2,6%. Já no conceito ampliado (que inclui vendas de veículos e materiais de construção), o comércio varejista apresentou avanço de 5,8% na comparação com novembro de 2017, registrando alta acumulada de 5,4% em 2018.

A inflação, medida pelo IPCA, registrou variação de 0,15% no mês de dezembro, encerrando o ano de 2018 em 3,75%, frente à alta de 2,95% em 2017. Assim como os últimos resultados do IPCA, os detalhes de divulgação foram benignos, mostrando um ritmo confortável de preços mais responsivos ao ciclo econômico e à política monetária.

O relatório de operações de crédito do Bacen para novembro foi positivo, reforçando a visão de uma recuperação no mercado de crédito, principalmente no segmento de pessoa física, mas também para as pessoas jurídicas, embora em um ritmo mais moderado. O saldo das operações de crédito totalizou R\$ 3,2 trilhões, registrando crescimentos de 1,1% no mês e de 4,4% nos últimos 12 meses. No crédito a pessoas físicas, as operações com recursos livres cresceram 2,1% no mês e 10,4% em doze meses, com destaque para cartão à vista, financiamentos de veículos e crédito pessoal.

No mercado de trabalho, de acordo com o CAGED, houve destruição líquida de 334 mil postos de trabalho em dezembro, dentro das expectativas do mercado uma vez que nesse mês tradicionalmente há demissão de trabalhadores com carteira assinada. Em 2018, o país fechou o ano com estoque de 38,4 milhões de empregos formais, registrando crescimento frente ao saldo de 37,9 milhões de vagas no final de 2017. O estoque de 2018 representa o estoque mais alto registrado no final do ano desde 2015, quando haviam 39,2 milhões de empregos formais no país.

ESTRUTURA DO BANCO

O PAN é um dos principais bancos médios do Brasil e atua com foco em pessoas físicas (classe C, D e E, além de servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS), ofertando crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos usados, financiamento de motos novas, cartão de crédito convencional e seguros.

Com 2.195 funcionários, o PAN possui 60 Postos de Atendimento PAN nas principais cidades do Brasil, distribuídos de acordo com o PIB de cada região (Sudeste: 31, Nordeste: 12, Sul: 9, Centro-Oeste: 5 e Norte: 3).

No encerramento do 2018, o PAN contava com 654 correspondentes bancários originando créditos consignados e 7.176 lojas multimarcas parceiras na originação de veículos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Originação de Varejo e Carteira de Crédito

Durante o 4º trimestre de 2018, o PAN originou uma média mensal de R\$ 1.490 milhões em novos créditos de varejo, frente aos R\$ 1.428 milhões do 3º trimestre de 2018 e aos R\$ 1.301 milhões do 4º trimestre de 2017. Os crescimentos observados foram impulsionados pelo volume de originação de veículos, que cresceu 14% e 42%, respectivamente.

Em 2018, a originação média mensal de novos créditos foi de R\$ 1.453 milhões, mantendo-se praticamente estável em relação à média mensal de R\$ 1.476 milhões de 2017.

O saldo da Carteira de Crédito encerrou o 4º trimestre em R\$ 20.574 milhões, superior aos saldos de R\$ 19.704 milhões no 3º trimestre de 2018 e de R\$ 18.645 milhões no 4º trimestre de 2017. Em 12 meses, a carteira total avançou 10%, bem acima do observado no sistema de crédito nacional e com ótima rentabilidade, impulsionada pela carteira de consignado, que cresceu 20%, e pela carteira de Veículos, que aumentou 18%, enquanto as

carteiras de Crédito Corporativo e Imobiliário, ambas em *run off*, recuaram 41% e 21% em 12 meses, respectivamente.

Além de reter créditos em carteira, o PAN tem como estratégia ceder créditos sem coobrigação para terceiros, cujo montante no 4º trimestre de 2018 foi de R\$ 900 milhões, totalizando um volume de R\$ 4.831 milhões de créditos cedidos em 2018, em comparação aos R\$ 7.738 milhões cedidos em 2017. O saldo de Carteira de Crédito Originada, que considera tanto os créditos retidos no balanço do PAN, como o saldo das carteiras cedidas para a Caixa, encerrou o ano em R\$ 32,3 bilhões.

Consignado (Empréstimo e Cartão de Crédito)

Em consignado, a estratégia do PAN é se manter como um *player* relevante com foco em convênios federais, figurando entre os 5 maiores originadores do mercado de beneficiários e pensionistas do INSS. Em linha com essa estratégia, o PAN possui uma plataforma inovadora que permite a contratação de empréstimos consignados 100% *paperless* e com assinatura por biometria facial. Esta contratação digital torna a operação mais eficiente e rentável, trazendo economia de custo, mais segurança e maior velocidade na contratação, gerando uma experiência melhor para todos os envolvidos. A originação própria de crédito consignado via canais digitais subiu de 2,4% em junho de 2018 para 15,4% em dezembro de 2018.

O PAN originou R\$ 10.047 milhões em créditos consignados em 2018, frente aos R\$ 10.109 milhões originados em 2017. No 4º trimestre de 2018, foram concedidos R\$ 2.160 milhões em empréstimos para servidores públicos e beneficiários do INSS, frente aos R\$ 2.230 milhões originados no 3º trimestre de 2018, e aos R\$ 1.980 milhões originados no 4º trimestre de 2017. Em cartões de crédito consignado, foram originados R\$ 197 milhões no 4º trimestre de 2018, frente aos R\$ 165 milhões originados no 3º trimestre de 2018 e aos R\$ 179 milhões originados no 4º trimestre de 2017.

A carteira de empréstimos Consignados encerrou o ano de 2018 com saldo de R\$ 9.328 milhões, alta de 6% em relação aos R\$ 8.834 milhões do 3º trimestre de 2018 e crescimento de 21% frente aos R\$ 7.687 milhões ao final de 2017, significativamente maior que o crescimento no sistema de crédito nacional. A carteira de cartões de crédito Consignado encerrou o ano com saldo de R\$ 1.496 milhões, registrando crescimento de 4% frente ao saldo de R\$ 1.431 milhões do trimestre anterior e alta de 14% em relação ao saldo de R\$ 1.323 milhões do encerramento de 2017.

Financiamento de Veículos

O Banco origina seus financiamentos de veículos em lojas multimarcas, com alto grau de pulverização. O foco da operação é no financiamento de carros usados (entre 4 e 8 anos de uso) e motos novas, capturando os benefícios de sua *expertise* em crédito e cobrança para otimizar a relação risco x retorno.

Em motos, o PAN é o líder no segmento, excluindo banco de montadora. A atuação em nicho específico garante uma excelente performance, atuando com jovens de baixa renda, capturando ganho com seu longo histórico, experiência e conhecimento de crédito.

Na linha de transformação digital, o PAN utiliza um simulador que permite a pré-análise do crédito com poucas informações, além de pagamento automático em caso de aprovação, trazendo muita agilidade e uma melhor experiência para nosso parceiro comercial e cliente final. Esses e outros investimentos em tecnologia tem

permitido um aumento significativo na produtividade da área comercial, que já avançou 41% entre junho de 2018 e dezembro de 2018.

O PAN originou R\$ 4.169 milhões em novos financiamentos durante o ano de 2018, frente aos R\$ 4.108 milhões originados no ano de 2017. No 4º trimestre de 2018, foram originados R\$ 1.244 milhões em novos financiamentos, incluindo veículos leves e motos, em comparação aos R\$ 1.091 milhões do 3º trimestre de 2018 e aos R\$ 873 milhões originados no 4º trimestre de 2017, reflexo da nova abordagem de crédito, implementação de simulador e nova jornada de contratação.

A originação de veículos leves foi de R\$ 995 milhões no 4º trimestre de 2018, frente aos R\$ 853 milhões originados no 3º trimestre de 2018 e aos R\$ 691 milhões originados no 4º trimestre de 2017, enquanto que no segmento de motos, foram originados R\$ 249 milhões no 4º trimestre de 2018, frente aos R\$ 238 milhões no 3º trimestre de 2018 e aos R\$ 183 milhões no 4º trimestre de 2017.

A carteira de crédito de veículos encerrou o ano em R\$ 6.980 milhões, registrando alta de 7% em relação aos R\$ 6.543 milhões do 3º trimestre de 2018 e crescimento de 18% em relação aos R\$ 5.906 milhões ao final do 4º trimestre de 2017, registrando também crescimento expressivo em relação ao sistema de crédito nacional, com ótima rentabilidade.

Cartões de Crédito Institucional

A estratégia de originação de cartões de crédito está focada em parcerias *co-branded* e canais digitais, como *market places*, além da captura de propostas diretamente pelo site do PAN e oferta por *call center*, com uso intensivo de *analytics* e CRM para impulsionar o *cross sell*. Os canais digitais e captura de propostas pelo site vêm ganhando relevância e já representam 30% do total de cartões vendidos, ante 19% ao final de 2017. O aumento de eficiência e evolução do *know-how* nestes canais de autocontratação é um pilar importante para o crescimento do banco digital completo.

Em 2018, foi implantada nova modelagem de crédito baseada em classe e perfil social, com a utilização de *machine learning*, que permitiu maior acurácia na definição de limite na concessão de novos cartões, bem como maior assertividade na manutenção de limites ao longo do ciclo de vida dos clientes. Além disso, foram implementadas melhorias nos processos de CRM e crédito, que mapearam maior base de clientes propensos à aquisição de cartões, aumentando ainda mais a eficiência do *cross sell*, registrando crescimento de 32% em relação ao processo anterior.

Para proporcionar conveniência aos clientes, o Banco tem investido na construção da jornada digital, que muda a relação com o cliente, com o objetivo de estabelecer uma conexão diária e de fidelidade com o PAN. Nesse sentido, (i) lançou no terceiro trimestre de 2018 o APP exclusivo de cartões, que obteve mais de 122 mil downloads nos quatro primeiros meses após o lançamento e já é utilizado recorrentemente por mais de 22% dos clientes, (ii) implementou melhorias no programa de pontos, oferecendo *cash back* e ampliando o número de parceiros virtuais, e (iii) disponibilizou atendimento por chat e outras plataformas de autoatendimento.

Durante o 4º trimestre de 2018 as transações efetuadas com cartões de crédito somaram R\$ 866 milhões, registrando aumento frente aos R\$ 797 milhões transacionados no 3º trimestre de 2018 e estável em relação aos R\$ 869 milhões no 4º trimestre de 2017. Em 2018, as transações efetuadas totalizaram R\$ 3.221 milhões, frente aos R\$ 3.231 milhões em 2017. A carteira de cartões apresentou leve alta, encerrando o trimestre com saldo de R\$ 877 milhões, frente aos saldos de R\$ 832 milhões e R\$ 916 milhões, do 3º trimestre de 2018 e do 4º trimestre de 2017.

Seguros

O PAN originou o montante de R\$ 66 milhões em prêmios de seguros durante o 4º trimestre de 2018, aumentando em 11% o volume de originação de prêmios em relação ao trimestre anterior. Dentre os prêmios originados no trimestre, observam-se: R\$ 55,3 milhões em seguros de proteção de crédito, R\$ 4,0 milhões em seguros habitacionais, R\$ 3,0 milhões em seguros de cartões e R\$ 3,3 milhão em outros seguros.

Durante o ano de 2018, foram originados R\$ 228 milhões em prêmios, aumento de 15% em relação aos R\$ 198 milhões originados em 2017.

Crédito para Empresas (*run off*)

A carteira de Crédito para Empresas, que inclui avais e fianças, encerrou o trimestre com saldo de R\$ 995 milhões, frente ao saldo de R\$ 1.114 milhões ao final do 3º trimestre de 2018 e ao saldo de R\$ 1.699 milhões no 4º trimestre de 2017. Esta carteira apresenta uma diversificação de riscos adequada com alta pulverização da carteira entre setores e grupos econômicos, além de possuir um nível expressivo de garantias.

Crédito Imobiliário (*run off*)

O saldo dos créditos imobiliários concedidos para Pessoas Físicas encerrou o 4º trimestre de 2018 em R\$ 547 milhões, frente aos R\$ 572 milhões no 3º trimestre de 2018 e R\$ 662 milhões no 4º trimestre de 2017. Já os créditos concedidos para Pessoa Jurídica totalizavam R\$ 255 milhões no encerramento do 4º trimestre de 2018, frente aos R\$ 277 milhões do 3º trimestre de 2018 e aos R\$ 354 milhões do 4º trimestre de 2017.

Captação De Recursos

O saldo dos recursos captados totalizou R\$ 20,3 bilhões no encerramento de 2018, com aumento da diversificação e alongamento de prazo das captações em relação. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo, representando R\$ 9,1 bilhões, ou 45% do total; (ii) os depósitos interfinanceiros, representando R\$ 7,5 bilhões, ou 37% do total; (iii) as emissões de títulos no exterior, no valor de R\$ 1,8 bilhão, ou 9% do total; (iv) as letras financeiras equivalentes a R\$ 915 milhões, ou 5% do total; (v) as letras de crédito imobiliário e do agronegócio, que representavam R\$ 522 milhões, ou 3% do total; e (vi) outras fontes de financiamento, que correspondiam a R\$ 434 milhões, equivalentes a 2% das captações totais.

A forte expansão dos volumes captados em depósito a prazo beneficia a dispersão da base de captação, além de refletir a relevante aceitação dos produtos do PAN pelo mercado de varejo através das plataformas digitais de distribuição. O PAN também oferece aos seus clientes diretos o app PAN Investimentos, que permite a abertura de conta em 3 minutos e já captou mais de R\$ 165 milhões através dessa iniciativa digital e continua ganhando força.

De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” em suas demonstrações financeiras.

Resultados

Margem Financeira Líquida Gerencial - NIM

A Margem Financeira Líquida Gerencial segue em patamar robusto, refletindo o atual *mix* de produtos e fortes spreads, enfatizando a boa qualidade da carteira de crédito retida pelo PAN.

No ano de 2018, a NIM foi de 15,8% a.a. frente aos 16,6% a.a. em 2017. No 4º trimestre de 2018, a NIM foi de 15,5% a.a., frente aos 15,6% a.a. do 3º trimestre de 2018 e aos 17,5% a.a. do 4º trimestre de 2017, variações relacionadas aos diferentes volumes e *mix* de cessão de carteira.

Despesas com PDD e Recuperação de Crédito

No 4º trimestre de 2018, as despesas de provisões para créditos totalizaram R\$ 277 milhões, enquanto a recuperação de créditos anteriormente baixados a prejuízo foi de R\$ 59 milhões. Dessa forma, a despesa líquida de provisão de créditos totalizou R\$ 218 milhões, frente aos R\$ 204 milhões no 3º trimestre de 2018 e R\$ 210 milhões no 4º trimestre de 2017. O leve aumento na comparação trimestral está relacionado à carteira imobiliária para pessoas jurídicas, que está em *run off* e apresenta saldo residual. Em 2018, a despesa líquida de provisão de créditos foi de R\$ 923 milhões, relativamente estável em relação aos R\$ 906 milhões de 2017.

A recuperação de créditos em atraso via plataformas digitais foi de R\$ 575 milhões em 2018, contra R\$ 409 milhões em 2017, representando um aumento de 40%.

Custos e Despesas

As despesas administrativas e de pessoal totalizaram R\$ 265 milhões no 4º trimestre de 2018, com redução de 4% em relação aos R\$ 276 milhões no 3º trimestre de 2018 e com queda de 3% frente aos R\$ 272 milhões do 4º trimestre de 2017. Na visão anual, essas despesas totalizaram R\$ 1.069 milhões em 2018, frente aos R\$ 1.117 milhões em 2017, recuando 4%, sendo que as despesas de pessoal reduziram 9% no mesmo período.

As despesas com originação de créditos somaram R\$ 199 milhões ao final do trimestre, frente aos R\$ 196 milhões do 3º trimestre de 2018 e aos R\$ 207 milhões do 4º trimestre de 2017. No ano de 2018, as despesas com originação de créditos totalizaram R\$ 829 milhões, com recuo de 16% frente às despesas de R\$ 985 milhões em 2017.

Ao mesmo tempo, tendo em vista a constante busca por melhoria de eficiência, o PAN vem otimizando sua estrutura de custos conforme evidenciado pela evolução do número de colaboradores, cada vez mais ampliando o percentual de executivos e colaboradores relacionados às áreas de tecnologia e produtos digitais.

Resultado Líquido

No 4º trimestre de 2018, o PAN registrou lucro antes de impostos de R\$ 136 milhões, frente ao lucro de R\$ 103 milhões no 3T18 e de R\$ 128 milhões no 4T17. Nos doze meses de 2018, o lucro antes dos impostos foi de R\$ 457 milhões, frente aos R\$ 253 milhões de 2017, representando uma alta de 80% no ano.

O lucro líquido do 4º trimestre de 2018 foi de R\$ 73,6 milhões, frente ao lucro de R\$ 49,1 milhões do 3º trimestre de 2018 e ao lucro de R\$ 54,9 milhões do 4º trimestre de 2017. Em 2018, o lucro líquido foi de R\$ 221,5 milhões, frente aos R\$ 212,6 milhões de 2017.

Os principais fatores que sustentam os resultados dos últimos trimestres são: (i) manutenção da margem financeira em patamares robustos, (ii) provisões de crédito sob controle, e (iii) continuidade do processo de redução de custos.

O retorno anualizado sobre patrimônio líquido médio foi de 7,2% no 4º trimestre e de 5,8% em 2018, enquanto que o retorno ajustado (não auditado) foi de 17,3% e 15,5%, respectivamente. O ajuste consiste na adequação de dois legados remanescentes: (i) o excesso de despesa financeira de CDB pré-fixados emitidos entre 2005 e 2008 (com vencimento médio em 2023), comparado ao que o PAN paga atualmente para o mesmo prazo no mercado e (ii) o excedente de crédito tributário de prejuízo fiscal, em relação ao mercado bancário, advindo das inconsistências contábeis encontradas em 2010 e o resultado da venda de crédito tributário ocorrida em 2017.

Patrimônio Líquido e Capital

O Patrimônio Líquido Consolidado do PAN totalizou R\$ 4.096 milhões em dezembro de 2018, frente ao saldo de R\$ 4.047 milhões em setembro de 2018 e aos R\$ 3.556 milhões em dezembro de 2017.

O Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial encerrou o 4º trimestre de 2018 em 14,1%, sendo 12,2% de Capital Principal, frente aos 14,0%, com 11,9% de Capital Principal, registrados ao final do 3º trimestre de 2018 e aos 13,3%, com 9,8% de Capital Principal, registrados no 4º trimestre de 2017.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o Pan não contratou neste exercício e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do Pan, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2019.

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		10.875.103	11.850.630	10.950.678	11.973.625
Disponibilidades	5	16.374	6.536	19.714	10.748
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	3.897	1.032.983	3.897	1.032.983
Aplicações no mercado aberto		-	1.017.242	-	1.017.242
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.897	15.741	3.897	15.741
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	356.959	342.998	360.888	366.369
Carteira própria	7.a	216.196	163.421	219.350	186.752
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	113.400	164.612	113.400	164.612
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	27.363	14.232	27.363	14.232
Vinculados a prestação de garantias	7.a	-	733	775	773
Relações interfinanceiras		4.493	26.484	4.493	26.484
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		549	1.299	549	1.299
Correspondentes no País		3.944	25.185	3.944	25.185
Operações de crédito	8	7.912.848	7.582.563	7.912.848	7.582.563
Operações de crédito - setor privado		8.795.475	8.414.167	8.795.475	8.414.167
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(882.627)	(831.604)	(882.627)	(831.604)
Operações de arrendamento mercantil	8	-	-	-	176
Operações de arrendamento a receber		-	-	29	222
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	-	-	(29)	(46)
Outros créditos		2.215.249	2.488.355	2.273.380	2.572.085
Carteira de câmbio	9.a	38.858	68.169	38.858	68.169
Rendas a receber		1.667	7.134	1.760	1.935
Negociação e intermediação de valores		2.474	2.700	2.474	2.700
Recebíveis imobiliários	10	-	-	5.161	9.852
Títulos e créditos a receber	8 e 11	834.489	844.269	835.472	844.269
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(106.450)	(71.467)	(106.450)	(71.467)
Diversos	11	1.444.211	1.637.550	1.496.105	1.716.627
Outros valores e bens		365.283	370.711	375.458	382.217
Outros valores e bens	12.a	392.529	399.874	403.834	410.837
(Provisão para desvalorização)	12.a	(53.628)	(66.897)	(54.925)	(68.244)
Despesas antecipadas	12.b	26.382	37.734	26.549	39.624
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		15.565.691	13.150.611	16.079.228	13.676.959
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.622.983	1.272.078	1.852.776	1.520.139
Carteira própria	7.a	997.016	101.629	1.225.198	347.523
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	155.777	906.822	155.777	906.822
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	251.795	157.135	251.795	157.135
Vinculados à prestação de garantias	7.a	218.395	106.492	220.006	108.659
Operações de crédito	8	10.344.899	8.806.221	10.344.899	8.806.221
Operações de crédito - setor privado		10.663.658	9.107.530	10.663.658	9.107.530
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(318.759)	(301.309)	(318.759)	(301.309)
Outros créditos		3.520.409	2.952.046	3.803.881	3.227.909
Créditos específicos		-	-	1.023	809
Recebíveis imobiliários	10	-	-	1.806	4.155
Títulos e créditos a receber	8 e 11	79.216	72.550	79.216	72.550
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(23.788)	(16.956)	(23.788)	(16.956)
Diversos	11	3.464.981	2.896.452	3.745.624	3.167.351
Outros valores e bens		77.400	120.266	77.672	122.690
Despesas antecipadas	12.b	77.400	120.266	77.672	122.690
PERMANENTE		1.198.008	1.152.020	200.525	183.740
Investimentos		1.006.416	978.525	1.144	379
Participações em controladas	13.a	1.005.272	978.146	-	-
Outros investimentos	13.b	1.144	379	1.144	379
Imobilizado de uso	14	24.093	27.690	24.093	27.690
Outras imobilizações de uso		70.991	69.211	70.991	69.249
(Depreciações acumuladas)		(46.898)	(41.521)	(46.898)	(41.559)
Intangível	15	167.499	145.805	175.288	155.671
Ativos intangíveis		420.884	359.582	442.804	381.430
(Amortizações acumuladas)		(253.385)	(213.777)	(267.516)	(225.759)
TOTAL DO ATIVO		27.638.802	26.153.261	27.230.431	25.834.324

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		14.317.936	15.334.491	14.048.259	15.100.675
Depósitos	16.a	10.793.243	9.572.581	10.494.341	9.314.782
Depósitos à vista		17.369	25.543	17.319	25.439
Depósitos interfinanceiros		7.685.730	8.938.498	7.429.710	8.697.973
Depósitos a prazo		3.090.144	608.540	3.047.312	591.370
Captações no mercado aberto	16.b	162.094	1.493.292	162.094	1.493.292
Carteira própria		162.094	976.236	162.094	976.236
Carteira de terceiros		-	517.056	-	517.056
Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	621.507	1.547.841	621.507	1.547.944
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		621.507	1.547.841	621.507	1.547.944
Relações interfinanceiras	17	728.628	851.219	728.628	851.129
Recebimentos de pagamentos a liquidar		615.912	654.035	615.912	654.035
Correspondentes no País		112.716	197.184	112.716	197.184
Relações interdependências		14	4.509	14	4.509
Recursos em trânsito de terceiros		14	4.509	14	4.509
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	91.760	73.129	91.760	73.129
Instrumentos financeiros derivativos		91.760	73.129	91.760	73.129
Outras obrigações		1.920.690	1.791.920	1.949.915	1.815.800
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		4.921	6.761	4.921	6.761
Sociais e estatutárias		135.971	162.262	136.232	162.530
Fiscais e previdenciárias	21.a	44.390	38.310	58.210	51.342
Negociação e intermediação de valores		3.941	2.464	7.336	5.923
Dívidas subordinadas	19	208.154	93.275	208.154	93.275
Diversas	21.b	1.523.313	1.488.848	1.535.062	1.495.969
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		9.224.930	7.262.854	9.086.236	7.177.733
Depósitos	16.a	6.378.610	4.562.264	6.116.903	4.340.771
Depósitos interfinanceiros		33.728	32.175	33.728	32.175
Depósitos a prazo		6.344.882	4.530.089	6.083.175	4.308.596
Captações no mercado aberto	16.b	107.430	106.022	98.093	98.195
Carteira própria		107.430	106.022	98.093	98.195
Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	628.454	697.500	628.454	701.611
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		628.454	697.500	628.454	701.611
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	83.361	129.514	83.361	129.514
Instrumentos financeiros derivativos		83.361	129.514	83.361	129.514
Outras obrigações		2.027.075	1.767.554	2.159.425	1.907.642
Fiscais e previdenciárias	21.a	-	-	81.270	80.459
Dívidas subordinadas	19	1.769.978	1.681.720	1.769.978	1.681.720
Diversas	21.b	257.097	85.834	308.177	145.463
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		17	92	17	92
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.095.919	3.555.824	4.095.919	3.555.824
Capital social:	22	3.653.410	3.460.732	3.653.410	3.460.732
De domiciliados no País		3.290.152	3.065.825	3.290.152	3.065.825
De domiciliados no Exterior		363.258	394.907	363.258	394.907
Reserva de capital		207.322	-	207.322	-
Reserva de lucros		243.295	108.495	243.295	108.495
Ajustes de avaliação patrimonial		(8.108)	(13.403)	(8.108)	(13.403)
TOTAL DO PASSIVO		27.638.802	26.153.261	27.230.431	25.834.324

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O 2º SEMESTRE DE 2018 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Banco		Banco		Consolidado	
		2º Semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.494.461	7.075.335	7.718.405	7.099.373	7.780.348	
Rendas de operações de crédito	8.g	3.543.410	6.892.720	7.703.911	6.901.778	7.779.351	
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.g	-	-	-	259	947	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.h	89.520	168.538	290.822	183.259	287.158	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.g	(141.372)	27	(294.869)	27	(305.649)	
Resultado de operação de câmbio	9.b	1.239	12.386	18.541	12.386	18.541	
Resultado das aplicações compulsórias		1.664	1.664	-	1.664	-	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.540.431)	(3.193.281)	(3.450.702)	(3.159.715)	(3.524.913)	
Operações de captação no mercado	16.d	(1.003.569)	(2.052.911)	(2.393.933)	(2.019.310)	(2.403.592)	
Operações de empréstimos e repasses	18	-	-	-	-	(1.509)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.c	(536.862)	(1.140.370)	(1.056.769)	(1.140.405)	(1.119.812)	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.954.030	3.882.054	4.267.703	3.939.658	4.255.435	
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(1.703.193)	(3.418.788)	(4.140.470)	(3.461.382)	(4.154.444)	
Receitas de prestação de serviços	23	183.260	348.217	377.557	377.558	403.236	
Resultado de equivalência patrimonial	13.a	5.586	25.824	(56.223)	-	(2.993)	
Despesas de pessoal	24	(208.520)	(413.713)	(458.037)	(420.712)	(463.572)	
Outras despesas administrativas	25	(853.882)	(1.728.801)	(2.041.176)	(1.762.999)	(2.086.040)	
Despesas tributárias	26	(81.292)	(160.665)	(202.248)	(172.312)	(220.000)	
Outras receitas operacionais	27.a	194.173	292.413	218.327	327.544	262.646	
Outras despesas operacionais	27.b	(942.518)	(1.782.063)	(1.978.670)	(1.810.461)	(2.047.721)	
RESULTADO OPERACIONAL		250.837	463.266	127.233	478.276	100.991	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	28	(16.394)	(21.512)	153.924	(21.410)	152.303	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO E PARTICIPAÇÕES		234.443	441.754	281.157	456.866	253.294	
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32.a	(111.692)	(220.239)	(68.551)	(235.351)	(40.688)	
Provisão para imposto de renda		(1.677)	(5.188)	(665)	(11.321)	(1.379)	
Provisão para contribuição social		(1.854)	(5.140)	(1.377)	(8.061)	(557)	
Ativo fiscal diferido		(108.161)	(209.911)	(66.509)	(215.969)	(38.752)	
LUCRO LÍQUIDO		122.751	221.515	212.606	221.515	212.606	
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	22.d	48.081	86.715	69.800	86.715	69.800	
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$		0,11	0,19	0,23	-	-	

(Representado por 1.141.806.121 ações em 31/12/2018 e 929.040.163 ações em 31/12/2017)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO****PARA O 2º SEMESTRE DE 2018 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**

(Em milhares de reais - R\$)

	Banco		Banco		Consolidado	
	2º Semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
RECEITAS	2.434.959	4.882.666	5.522.149	4.944.001	5.526.726	
Intermediação financeira	3.494.461	7.075.335	7.718.405	7.099.373	7.780.348	
Prestação de serviços	183.260	348.217	377.557	377.558	403.236	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(536.862)	(1.140.370)	(1.056.769)	(1.140.405)	(1.119.812)	
Outras receitas/(despesas) operacionais	(705.900)	(1.400.516)	(1.517.044)	(1.392.525)	(1.537.046)	
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.003.569)	(2.052.911)	(2.393.933)	(2.019.310)	(2.405.101)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(819.364)	(1.661.531)	(1.964.202)	(1.695.300)	(2.008.374)	
Materiais, energia e outros	(1.505)	(3.200)	(3.193)	(3.209)	(3.201)	
Serviços de terceiros	(116.167)	(220.294)	(290.230)	(239.842)	(310.408)	
Comissões pagas a correspondentes bancários	(446.307)	(912.423)	(1.111.933)	(919.633)	(1.117.353)	
Outras	(255.385)	(525.614)	(558.846)	(532.616)	(577.412)	
Processamento de dados	(87.811)	(175.130)	(171.698)	(175.344)	(172.512)	
Serviços do sistema financeiro	(61.792)	(127.737)	(158.311)	(128.693)	(161.707)	
Comunicações	(24.035)	(47.062)	(44.125)	(47.332)	(44.325)	
Despesas com busca e apreensão de bens	(29.971)	(29.971)	(39.422)	(30.066)	(39.534)	
Propaganda, promoções e publicações	(11.994)	(26.340)	(22.425)	(26.838)	(23.538)	
Transportes	(2.676)	(4.974)	(5.605)	(4.994)	(5.633)	
Manutenção e conservação de bens	(2.495)	(5.151)	(4.966)	(5.161)	(4.976)	
Viagens	(2.289)	(3.315)	(4.177)	(3.323)	(4.197)	
Outras	(32.322)	(105.934)	(108.117)	(110.865)	(120.990)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	612.026	1.168.224	1.164.014	1.229.391	1.113.251	
DEPRECIações E AMORTIZAções	(24.590)	(50.527)	(50.919)	(51.697)	(57.432)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	587.436	1.117.697	1.113.095	1.177.694	1.055.819	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	5.586	25.824	(56.223)	-	(2.993)	
Resultado de equivalência patrimonial	5.586	25.824	(56.223)	-	(2.993)	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	593.022	1.143.521	1.056.872	1.177.694	1.052.826	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	593.022	1.143.521	1.056.872	1.177.694	1.052.826	
Pessoal	179.510	357.336	396.992	363.244	401.760	
Remuneração direta	135.639	273.130	302.138	278.575	305.795	
Benefícios	32.356	62.346	66.246	62.714	67.010	
FGTS	9.501	18.576	25.325	18.670	25.667	
Outros	2.014	3.284	3.283	3.285	3.288	
Impostos, taxas e contribuições	221.994	437.282	332.608	465.165	323.373	
Federal	213.672	421.584	314.967	448.846	299.415	
Estadual	1	5	10	5	10	
Municipal	8.321	15.693	17.631	16.314	23.948	
Remuneração de capitais de terceiros	20.686	40.673	44.866	41.055	45.287	
Aluguéis	20.686	40.673	44.866	41.055	45.287	
Remuneração de capitais próprios	170.832	308.230	282.406	308.230	282.406	
Lucro líquido retido	122.751	221.515	212.606	221.515	212.606	
Juros sobre o capital próprio provisionado	48.081	86.715	69.800	86.715	69.800	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



BANCO PAN S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR
PARA O 2º SEMESTRE DE 2018 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Para Integridade do Patrimônio Líquido			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.460.732	-	-	-	(14.259)	(34.311)	3.412.162
Aumento de Capital (Nota 22.b)	400.000	-	-	-	-	-	400.000
Capital a Integralizar (Nota 22.b)	(400.000)	-	-	-	-	-	(400.000)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	856	-	856
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	212.606	212.606
Destinações:							
Reserva Legal (Nota 22.c)	-	-	8.915	-	-	(8.915)	-
Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros (Nota 22.c)	-	-	-	99.580	-	(99.580)	-
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados (Nota 22.d)	-	-	-	-	-	(69.800)	(69.800)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	3.460.732	-	8.915	99.580	(13.403)	-	3.555.824
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	3.460.732	-	8.915	99.580	(13.403)	-	3.555.824
Aumento de Capital (Nota 22.b)	192.678	207.322	-	-	-	-	400.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	5.295	-	5.295
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	221.515	221.515
Destinações:							
Reserva Legal (Nota 22)	-	-	11.076	-	-	(11.076)	-
Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros (Nota 22.c)	-	-	-	123.724	-	(123.724)	-
Juros sobre o capital próprio provisionados (Nota 22.d)	-	-	-	-	-	(86.715)	(86.715)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	3.653.410	207.322	19.991	223.304	(8.108)	-	4.095.919
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	3.653.410	207.322	8.915	99.580	(12.979)	60.130	4.016.378
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	4.871	-	4.871
Lucro líquido do 2º Semestre	-	-	-	-	-	122.751	122.751
Destinações:							
Reserva Legal (Nota 22.b)	-	-	11.076	-	-	(11.076)	-
Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros (Nota 22.c)	-	-	-	123.724	-	(123.724)	-
Juros sobre o capital próprio provisionados (Nota 22.d)	-	-	-	-	-	(48.081)	(48.081)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	3.653.410	207.322	19.991	223.304	(8.108)	-	4.095.919

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.


BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O 2º SEMESTRE DE 2018 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

	Banco		Banco		Consolidado	
	2º Semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:						
LUCRO LÍQUIDO	122.751	221.515	212.606	221.515	212.606	
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:						
Depreciações e amortizações	12.136	26.597	32.108	26.644	32.379	
Amortização de ágio	12.454	23.930	18.811	25.053	25.053	
Constituição de provisão para contingências	163.072	282.604	479.377	285.322	514.398	
Reversão para desvalorização de bens não de uso próprio	(13.733)	(19.210)	(14.557)	(19.511)	(17.003)	
Perda/(Ganho) na venda de bens não de uso próprio	21.802	31.298	5.960	31.253	8.688	
Perda por impairment	8.678	9.791	38.083	10.035	39.422	
Equivalência patrimonial	(5.586)	(25.824)	56.223	-	2.993	
(Ganho) na venda de investimento	-	-	(183.384)	-	(183.384)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	536.862	1.140.370	1.056.769	1.140.405	1.119.812	
Imposto de renda e contribuição social - diferido	108.161	209.911	66.509	215.969	38.752	
Resultado líquido ajustado	966.597	1.900.982	1.768.505	1.936.685	1.793.716	
Varição de Ativos e Passivos:						
Redução/Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	614.305	873.374	770.814	873.374	95.112	
Redução/Aumento em títulos e valores mobiliários	(417.768)	(439.901)	(110.679)	(396.802)	65.667	
(Aumento)/Redução em instrumentos financeiros derivativos	69.194	(135.313)	63.381	(135.213)	46.915	
(Aumento)/Redução em relações interfinanceiras	(12.968)	(100.600)	37.742	(100.600)	37.742	
(Aumento)/Redução em operações de crédito	(1.786.171)	(3.009.333)	(1.694.532)	(3.009.368)	(654.991)	
Redução em operações de arrendamento mercantil	-	-	-	176	894	
(Aumento) em outros créditos	(269.624)	(506.977)	169.301	(492.776)	422.080	
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(93.206)	(157.004)	(184.932)	(153.770)	7.296	
Aumento/Redução em depósitos	1.448.189	3.037.008	(414.044)	2.955.691	(678.981)	
(Redução)/Aumento em captações no mercado aberto	(634.346)	(1.329.790)	(428.708)	(1.331.300)	(433.137)	
(Redução)/Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	485.141	101.929	998.639	96.699	190.140	
Aumento/(Redução) em outras obrigações	(125.198)	272.713	(171.575)	252.159	(366.639)	
(Redução)/Aumento em relações interdependências	(574)	(4.495)	(2.276)	(4.495)	(2.276)	
(Redução) em resultado de exercícios futuros	(26)	(75)	(702)	(75)	(702)	
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	30.480	25.971	5.052	42.330	7.866	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	274.025	528.489	805.986	532.715	530.702	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:						
Alienação de bens não de uso próprio	100.231	184.980	128.344	185.331	128.915	
Alienação de investimentos	-	-	229.000	-	229.000	
Aumento de Investimentos	(765)	(765)	(250.000)	(765)	-	
Aquisição de imobilizado de uso	(2.305)	(6.644)	(1.938)	(6.644)	(1.938)	
Aumento de intangível	(36.753)	(63.023)	(37.935)	(63.094)	(18.381)	
Dividendos recebidos	5.378	5.378	2.726	-	-	
(Aumento) de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(249.553)	(570.541)	(1.078.292)	(570.541)	(1.078.292)	
Redução de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	524.373	810.628	860.652	810.628	860.652	
(Aumento) de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	(402.555)	(402.555)	-	(402.555)	-	
Redução de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento	237.565	345.200	714.924	345.200	714.924	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(USADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	175.616	302.658	567.481	297.560	834.880	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:						
Emissão de recursos de aceites e emissão de títulos	693.498	693.498	1.275.387	693.498	1.275.387	
Resgate de recursos de aceites e emissão de títulos	(1.379.151)	(1.790.807)	(2.371.680)	(1.790.807)	(2.371.680)	
Resgate de dívidas subordinadas	(143.948)	(209.912)	(122.350)	(209.912)	(122.350)	
Aumento de capital	-	400.000	-	400.000	-	
Juros sobre o capital próprio pagos	(69.800)	(69.800)	-	(69.800)	-	
CAIXA LÍQUIDO (USADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(899.401)	(977.021)	(1.218.643)	(977.021)	(1.218.643)	
(REDUÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(449.760)	(145.874)	154.824	(146.746)	146.939	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (Nota 5)	466.134	162.248	7.424	166.460	19.521	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO (Nota 5)	16.374	16.374	162.248	19.714	166.460	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA						
Juros pagos	(836.082)	(1.936.806)	(3.088.457)	(1.926.508)	(3.097.099)	
Juros recebidos	3.466.483	7.511.366	7.756.809	7.532.365	7.824.811	
Transferência de ativos não de uso próprio	(840)	(2.006)	(8.574)	(2.006)	(8.633)	
Ganhos/(Perdas) não realizados em títulos disponíveis para venda	7.380	7.993	1.515	7.993	1.515	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco PAN S.A. (Banco, PAN ou Instituição), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de empréstimo consignado, cartão de crédito consignado, financiamento de veículos, cartão de crédito institucional e consórcio de veículos e imóveis. Além disso, tem carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário para pessoas físicas, crédito ao consumidor, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o Banco PAN realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital (Nota 3g). Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais em receitas de intermediação financeira.

Através do acordo de acionistas, o Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. e pela Caixa Econômica Federal, através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A.

Abaixo demonstra-se a composição acionária do Banco PAN em 31/12/2018:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	395.396.081	60,10	182.266.325	37,60	577.662.406	50,60
Caixa Participações S.A.	262.164.546	39,90	112.732.358	23,30	374.896.904	32,80
Mercado	8	-	189.246.803	39,10	189.246.811	16,60
Total	657.560.635	100,00	484.245.486	100,00	1.141.806.121	100,00

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas empresas controladas (Consolidado), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;

7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
8. Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
9. CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
10. CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
11. CPC 27 – Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e
12. CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31/12/2018, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 01/02/2019.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	31/12/2018	31/12/2017
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização.	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	100,00
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária. (1)	-	-

(1) Empresa incorporada pelo Banco PAN S.A. em 28/06/2017 (aprovado pelo BACEN em 16/11/2017).

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pró rata*” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3 S.A.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A.. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Os saldos patrimoniais e de resultado estão demonstrados nas notas 7c e 7g.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados ou recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários e gastos na emissão de títulos no Exterior.

O Banco PAN, adotou a partir de 02/01/2015, os critérios de registro contábil das remunerações pagas aos correspondentes bancários, facultados nos termos da Circular do BACEN nº 3.693/13 com alterações posteriores trazidas pela Circular do BACEN nº 3.738/14.

j) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Investimentos:

As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Os bens imobilizados adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.535/16.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágios pagos por rentabilidade futura de investimento, licenças e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

Os bens intangíveis adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.534/16.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras à alíquota de 20% (elevação da alíquota de 15% para 20% com base na Lei nº 13.169, de 06/10/2015, para o período compreendido entre 01/09/2015 e 31/12/2018) e para as demais empresas alíquota de 9%.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pró rata” dia.

q) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de Administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações.

r) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma

ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e

- Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

t) Benefício residual em operações securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

u) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

v) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros e (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de Administração. São divididos em:

- i. eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii. eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

Ativo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	Total
Circulante	10.892.961	38.852	34.345	12.270	16.900	(44.650)	10.950.678
Realizável a longo prazo	15.758.361	30.752	189.484	206.637	166.381	(272.387)	16.079.228
Permanente	843.226	257	1.424	2.603		(646.985)	200.525
Total em 31/12/2018	27.494.548	69.861	225.253	221.510	183.281	(964.022)	27.230.431
Total em 31/12/2017	26.021.581	65.297	229.714	222.940	168.030	(873.238)	25.834.324

Passivo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	Total
Circulante	14.064.962	10.895	11.666	495	4.891	(44.650)	14.048.259
Exigível a longo prazo	9.333.650	9.014	872	7.690	7.397	(272.387)	9.086.236
Resultado de exercícios futuros	17	-	-	-	-	-	17
Patrimônio líquido	4.095.919	49.952	212.715	213.325	170.993	(646.985)	4.095.919
Total em 31/12/2018	27.494.548	69.861	225.253	221.510	183.281	(964.022)	27.230.431
Total em 31/12/2017	26.021.581	65.297	229.714	222.940	168.030	(873.238)	25.834.324

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	Total
Receitas da intermediação financeira	7.075.594	3.059	7.396	8.500	23.086	(18.262)	7.099.373
Despesas da intermediação financeira	(3.177.977)	-	-	-	-	18.262	(3.159.715)
Resultado bruto	3.897.617	3.059	7.396	8.500	23.086	-	3.939.658
Outras receitas/(despesas) operacionais	(3.430.448)	4.688	(6.202)	(3.279)	(4.191)	(21.950)	(3.461.382)
Resultado não operacional	(21.498)	-	13	-	75	-	(21.410)
Provisão para IR e CSLL	(224.156)	(2.618)	(376)	(1.775)	(6.426)	-	(235.351)
Resultado Líquido em 31/12/2018	221.515	5.129	831	3.446	12.544	(21.950)	221.515
Resultado Líquido em 31/12/2017	212.606	2.555	(2.706)	5.940	11.459	(17.248)	212.606

(1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Pan Arrendamento Mercantil S.A. e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(2) A empresa Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária foi incorporada pelo Banco PAN em 28/06/2017 (aprovado pelo BACEN em 16/11/2017);

(3) Representado pela empresa Pan Administradora de Consórcio Ltda.;

(4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;

(5) Representado pela empresa BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.;

(6) Representado pela empresa Brazilian Finance & Real Estate S.A.; e

(7) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades em moeda nacional	313	234	3.653	4.447
Disponibilidades em moeda estrangeira	16.061	6.302	16.061	6.301
Subtotal (caixa)	16.374	6.536	19.714	10.748
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	-	155.712	-	155.712
Total	16.374	162.248	19.714	166.460

(1) Inclui as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição e prazos:**

Banco e Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações no Mercado Aberto:							
Posição Bancada	-	-	-	-	-	-	504.764
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	-	-	-	695
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	504.069
Posição Financiada	-	-	-	-	-	-	512.478
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	512.478
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	3.897	-	-	3.897	15.741
Total em 31/12/2018	-	-	3.897	-	-	3.897	-
Total em 31/12/2017	1.024.502	-	6.536	1.945	-	-	1.032.983

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de aplicações em operações compromissadas:	65.448	66.782	65.448	66.782
Posição bancada	58.357	27.856	58.357	27.856
Posição financiada	6.805	36.969	6.805	36.969
Posição vendida	286	1.957	286	1.957
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	888	45.753	888	9.900
Total (Nota 7h)	66.336	112.535	66.336	76.682

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31/12/2018 e em 31/12/2017, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Títulos e valores mobiliários	1.700.784	1.443.709	1.934.506	1.715.141
Carteira própria:	1.213.212	265.050	1.444.548	534.275
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	428	403
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	230.908	268.823
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	621.156	87.599	621.156	87.598
Letras do Tesouro Nacional – LTN	200.450	106.436	200.450	106.436
Notas do Tesouro Nacional – NTN	391.264	70.673	391.264	70.673
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	342	342	342	342
Vinculados a compromisso de recompra:	269.177	1.071.434	269.177	1.071.434
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	112.407	686.262	112.407	686.262
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	191.773	-	191.773
Notas do Tesouro Nacional – NTN	156.770	193.399	156.770	193.399
Vinculados à prestação de garantias:	218.395	107.225	220.781	109.432
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	218.395	107.225	218.395	107.226
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	2.386	2.206
Instrumentos financeiros derivativos:	279.158	171.367	279.158	171.367
Diferenciais a receber de “swap”	275.298	171.366	275.298	171.366
Opções	3.860	1	3.860	1
Total	1.979.942	1.615.076	2.213.664	1.886.508

b) Composição por categorias e prazos Individual e Consolidado:

Banco	31/12/2018								31/12/2017	
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (1)(2)(3)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)(2)(3)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação	-	1.711	18.445	105.810	275.259	401.225	400.134	1.091	50.757	591
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	18.445	1.472	273.931	293.848	293.837	11	27.486	23
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	586	-	-	-	586	579	7	21.608	567
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	1.125	-	104.338	1.328	106.791	105.718	1.073	1.663	1
Títulos disponíveis para venda	-	-	565.132	92.978	4	658.114	658.029	85	853.640	266
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	565.132	92.978	-	658.110	658.025	85	853.600	266
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	4	4	4	-	40	-
Títulos mantidos até o vencimento	342	327.543	261.720	51.840	-	641.445	641.445	-	539.312	-
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	199.865	-	-	-	199.865	199.865	-	276.601	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	127.678	261.720	51.840	-	441.238	441.238	-	262.369	-
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	342	-	-	-	-	342	342	-	342	-
Total	342	329.254	845.297	250.628	275.263	1.700.784	1.699.608	1.176	1.443.709	857

Consolidado	31/12/2018								31/12/2017	
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (1)(2)(3)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)(2)(3)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:	-	1.711	18.445	105.810	275.259	401.225	400.134	1.091	50.757	591
Letra Financeira do Tesouro – LFT	-	-	18.445	1.472	273.931	293.848	293.837	11	27.486	23
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	586	-	-	-	586	579	7	21.608	567
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	1.125	-	104.338	1.328	106.791	105.718	1.073	1.663	1
Títulos disponíveis para venda:	-	3.929	794.925	92.978	4	891.836	904.106	(12.270)	1.125.072	(20.263)
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	565.132	92.978	-	658.110	658.025	85	853.600	266
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	4	4	4	-	40	-
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	1.200	1.613	-	-	2.813	2.792	21	2.609	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	2.729	228.180	-	-	230.909	243.285	(12.376)	268.823	(20.529)
Títulos mantidos até o vencimento:	342	327.543	261.720	51.840	-	641.445	641.445	-	539.312	-
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	199.865	-	-	-	199.865	199.865	-	276.601	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	127.678	261.720	51.840	-	441.238	441.238	-	262.369	-
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	342	-	-	-	-	342	342	-	342	-
Total	342	333.183	1.075.090	250.628	275.263	1.934.506	1.945.685	(11.179)	1.715.141	(19.672)

(1) Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3 S.A.”). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;

(2) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em “Títulos mantidos até o vencimento”, cujo valor de mercado é superior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 8.502 (31/12/2017 – superior em R\$ 15.565); e atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento; e

(3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

c) Instrumentos financeiros derivativos:

Banco e Consolidado	31/12/2018				31/12/2017			
	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado
Posição ativa:		279.158	281.148	(1.990)		171.367	162.086	9.281
Swap	4.096.404	275.298	279.127	(3.829)	5.700.441	171.366	161.886	9.480
Opções a exercer	1.919.163	3.860	2.021	1.839	12.390.000	1	200	(199)
Posição passiva:		(175.121)	(126.221)	(48.900)		(202.643)	(133.359)	(69.284)
Swap	4.096.404	(172.218)	(124.963)	(47.255)	5.700.441	(202.642)	(133.309)	(69.333)
Opções Lançadas	1.916.550	(2.903)	(1.258)	(1.645)	12.385.000	(1)	(50)	49
Subtotal		104.037	154.927	(50.890)		(31.276)	28.727	(60.003)
Contratos futuros		967	967	-		240	240	-
Posição ativa	12.498.311	2.474	2.474	-	13.604.787	2.700	2.700	-
Posição passiva	12.498.311	(1.507)	(1.507)	-	13.604.787	(2.460)	(2.460)	-
Total		105.004	155.894	(50.890)		(31.036)	28.967	(60.003)

d) Abertura por vencimento (valor de referência):

Banco e Consolidado	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2018	31/12/2017
Swap	328.538	-	565.377	626.324	2.576.165	4.096.404	5.700.441
Dólar x CDI	-	-	51.373	49.466	1.027.823	1.128.662	1.113.477
CDI x Dólar	-	-	-	-	1.137	1.137	1.705
CDI x Pré	304.107	-	514.004	576.858	1.547.205	2.942.174	4.564.621
Pré x Dólar	24.431	-	-	-	-	24.431	20.638
Opções	3.699.500	136.213	-	-	-	3.835.713	24.775.000
Compras Opções	1.850.100	69.063	-	-	-	1.919.163	12.390.000
Vendas Opções	1.849.400	67.150	-	-	-	1.916.550	12.385.000
Contratos futuros	1.105.052	24.241	179.583	3.838.698	7.350.737	12.498.311	13.604.787
DDI	7.746	-	19.103	1.902	149.087	177.838	227.153
DI	1.092.462	-	160.480	3.836.796	7.201.650	12.291.388	13.346.140
Dólar	4.844	24.241	-	-	-	29.085	31.494
Total	5.133.090	160.454	744.960	4.465.022	9.926.902	20.430.428	44.080.228

e) Local de negociação e contrapartes:

Banco e Consolidado	31/12/2018	31/12/2017
CETIP (balcão)	4.096.404	5.700.441
B3 S.A. (bolsa)	16.334.024	38.379.787
Total	20.430.428	44.080.228

Contrapartes: Em 31/12/2018 estão assim distribuídas no Banco PAN e Consolidado: B3 S.A. 79,95% (85,14%), Instituições Financeiras 19,93% (14,70%), e outros 0,12% (0,16%).

f) **Hedge Contábil – Valor de Mercado:**

Banco e Consolidado	31/12/2018	31/12/2017
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	2.717.544	2.460.546
Swap - Dólar (1)	1.909.407	1.766.600
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (2)	808.137	693.946
Posição Passiva	(6.199.812)	(9.189.705)
Swap - Taxa Pré - Reais (3)	(399.926)	(1.161.696)
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (3)	(5.799.886)	(8.028.009)
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	5.988.784	6.936.653
Operações de Crédito (3)	5.988.784	6.936.653
Posição Passiva	(2.588.584)	(2.269.978)
Dívidas Subordinadas no Exterior (1)	(1.790.563)	(1.585.191)
Certificados de depósitos a prazo (2)	(798.021)	(684.787)

(1) Utilizado como proteção da operação de captação no exterior;

(2) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo; e

(3) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado e Veículos.

g) **Resultado com instrumentos financeiros derivativos:**

	Banco			Consolidado		
	31/12/2018			31/12/2018		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	967.166	(816.935)	150.231	967.166	(816.935)	150.231
Opções	3.950	(4.152)	(202)	3.950	(4.152)	(202)
Futuro	1.930.289	(2.080.291)	(150.002)	1.930.289	(2.080.291)	(150.002)
Total em 31/12/2018	2.901.405	(2.901.378)	27	2.901.405	(2.901.378)	27
Total em 31/12/2017	1.896.791	(2.191.660)	(294.869)	1.896.490	(2.202.139)	(305.649)

h) **Resultado com títulos e valores mobiliários:**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Títulos de renda fixa	102.202	178.287	116.923	210.476
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	66.336	112.535	66.336	76.682
Total	168.538	290.822	183.259	287.158

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	Banco				Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018		31/12/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Consignado (1)	8.276.322	40,82	6.978.491	37,99	8.276.322	40,82	6.978.491	37,99
Veículos (1)	6.979.927	34,42	5.904.742	32,15	6.979.927	34,42	5.904.742	32,15
Financiamento cartões de crédito (2)	1.702.804	8,41	1.561.446	8,51	1.702.804	8,41	1.561.446	8,51
Conta garantida	747.020	3,68	547.716	2,98	747.020	3,68	547.716	2,98
Empréstimos com garantia imobiliária	429.784	2,12	527.441	2,87	429.784	2,12	527.441	2,87
Capital de giro	320.166	1,57	846.915	4,61	320.166	1,57	846.915	4,61
Créditos vinculados à cessão (3)	305.115	1,49	159.643	0,87	305.115	1,49	159.643	0,87
Financiamentos habitacionais	269.740	1,33	355.679	1,93	269.740	1,33	355.679	1,93
Financiamentos à exportação	156.619	0,77	328.497	1,79	156.619	0,77	328.497	1,79
Renegociações	96.722	0,48	97.601	0,52	96.722	0,48	97.601	0,52
Empreendimentos imobiliários	45.643	0,23	73.371	0,41	45.643	0,23	73.371	0,41
Crédito pessoal (1)	68	-	1.384	0,01	68	-	1.384	0,01
Operações de arrendamento mercantil (4)	-	-	-	-	29	-	222	-
Total das operações de crédito	19.329.930	95,32	17.382.926	94,64	19.329.959	95,32	17.383.148	94,64
Outros créditos (5)	913.705	4,51	916.819	4,99	914.688	4,51	916.819	4,99
ACC e rendas a receber (6)	33.966	0,17	67.143	0,37	33.966	0,17	67.143	0,37
Subtotal	20.277.601	100,00	18.366.888	100,00	20.278.613	100,00	18.367.110	100,00
(+/-) Ajuste ao valor de mercado (1)	129.203	-	138.771	-	129.203	-	138.771	-
Total	20.406.804	-	18.505.659	-	20.407.816	-	18.505.881	-

(1) Contemplam contratos que são objeto de *hedge* contábil (Nota 7f);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Operações de créditos consignados cedidos com retenção substancial de risco e benefícios (Nota 8fii);

(4) Registrado a valor presente;

(5) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(6) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

b) Faixas de vencimentos e níveis de risco:

Banco	Níveis de risco											
	Operações em curso anormal										Total em 31/12/2018	Total em 31/12/2017
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	-	1.131.844	459.388	405.004	189.931	118.241	75.921	54.710	317.935	2.752.974	2.512.962	
01 a 30	-	50.811	20.907	19.663	8.526	5.043	5.466	2.546	14.838	127.800	111.991	
31 a 60	-	45.827	21.066	19.670	8.628	5.117	3.610	2.550	14.972	121.440	109.145	
61 a 90	-	44.493	18.744	16.659	8.179	4.561	3.294	2.322	13.930	112.182	105.750	
91 a 180	-	121.031	55.152	48.730	25.090	13.038	9.017	6.553	38.124	316.735	286.917	
181 a 365	-	209.912	92.127	78.260	44.747	23.346	15.753	11.276	63.604	539.025	487.393	
Acima de 365	-	659.770	251.392	222.022	94.761	67.136	38.781	29.463	172.467	1.535.792	1.411.766	
Parcelas Vencidas	-	71.078	96.097	60.605	161.053	108.933	151.767	139.502	456.837	1.245.872	1.136.338	
01 a 14	-	62.133	4.823	9.760	7.084	2.640	1.711	1.112	5.189	94.452	99.407	
15 a 30	-	8.945	85.805	8.691	3.633	22.048	1.701	1.407	10.037	142.267	100.747	
31 a 60	-	-	5.469	36.554	49.957	9.545	47.653	2.579	19.724	171.481	122.486	
61 a 90	-	-	-	4.184	92.115	16.557	4.343	2.597	14.914	134.710	77.442	
91 a 180	-	-	-	1.416	4.181	39.841	45.042	35.845	47.556	173.881	238.259	
181 a 365	-	-	-	-	-	11.633	2.757	3.082	290.017	307.489	267.140	
Acima de 365	-	-	-	-	4.083	6.669	48.560	92.880	69.400	221.592	230.857	
Subtotal	-	1.202.922	555.485	465.609	350.984	227.174	227.688	194.212	774.772	3.998.846	3.649.300	
Provisão Requerida	-	6.015	5.555	13.968	35.098	68.152	113.844	135.949	774.772	1.153.353	1.018.624	

Banco	Níveis de risco											
	Operações em curso normal										Total em 31/12/2018	Total em 31/12/2017
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	-	15.896.762	147.724	49.554	25.040	50.725	51.297	17.330	40.323	16.278.755	14.717.588	
01 a 30	-	2.053.048	9.623	5.903	1.377	356	33.024	261	3.640	2.107.232	2.038.387	
31 a 60	-	585.333	5.118	1.859	4.334	1.242	316	229	1.265	599.696	640.590	
61 a 90	-	522.218	8.030	1.408	824	285	3.907	168	1.479	538.319	515.525	
91 a 180	-	1.389.445	33.601	6.077	3.372	4.079	3.125	498	2.122	1.442.319	1.474.682	
181 a 365	-	2.292.742	38.834	6.889	8.097	15.656	5.134	9.334	7.421	2.384.107	2.280.090	
Acima de 365	-	9.053.976	52.518	27.418	7.036	29.107	5.791	6.840	24.396	9.207.082	7.768.314	
Subtotal	-	15.896.762	147.724	49.554	25.040	50.725	51.297	17.330	40.323	16.278.755	14.717.588	
Provisão Requerida	-	79.483	1.477	1.487	2.504	15.218	25.648	12.131	40.323	178.271	202.712	
Total (1)	-	17.099.684	703.209	515.163	376.024	277.899	278.985	211.542	815.095	20.277.601	18.366.888	
Total Provisão	-	85.498	7.032	15.455	37.602	83.370	139.492	148.080	815.095	1.331.624	1.221.336	

Consolidado	Níveis de risco										Total em 31/12/2018	Total em 31/12/2017
	Operações em curso anormal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	-	1.131.844	459.388	405.004	189.931	118.241	75.921	54.710	317.935	2.752.974	2.513.066	
01 a 30	-	50.811	20.907	19.663	8.526	5.043	5.466	2.546	14.838	127.800	112.001	
31 a 60	-	45.827	21.066	19.670	8.628	5.117	3.610	2.550	14.972	121.440	109.158	
61 a 90	-	44.493	18.744	16.659	8.179	4.561	3.294	2.322	13.930	112.182	105.785	
91 a 180	-	121.031	55.152	48.730	25.090	13.038	9.017	6.553	38.124	316.735	286.932	
181 a 365	-	209.912	92.127	78.260	44.747	23.346	15.753	11.276	63.604	539.025	487.424	
Acima de 365	-	659.770	251.392	222.022	94.761	67.136	38.781	29.463	172.467	1.535.792	1.411.766	
Parcelas Vencidas	-	71.078	96.097	60.605	161.053	108.933	151.767	139.502	456.866	1.245.901	1.136.397	
01 a 14	-	62.133	4.823	9.760	7.084	2.640	1.711	1.112	5.198	94.461	99.415	
15 a 30	-	8.945	85.805	8.691	3.633	22.048	1.701	1.407	10.037	142.267	100.747	
31 a 60	-	-	5.469	36.554	49.957	9.545	47.653	2.579	19.729	171.486	122.499	
61 a 90	-	-	-	4.184	92.115	16.557	4.343	2.597	14.919	134.715	77.453	
91 a 180	-	-	-	1.416	4.181	39.841	45.042	35.845	47.566	173.891	238.284	
181 a 365	-	-	-	-	-	11.633	2.757	3.082	290.017	307.489	267.142	
Acima 365	-	-	-	-	4.083	6.669	48.560	92.880	69.400	221.592	230.857	
Subtotal	-	1.202.922	555.485	465.609	350.984	227.174	227.688	194.212	774.801	3.998.875	3.649.463	
Provisão Requerida	-	6.015	5.555	13.968	35.098	68.152	113.844	135.949	774.801	1.153.382	1.018.669	

	Níveis de risco										Total em 31/12/2018	Total em 31/12/2017
	Operações em curso normal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	983	15.896.762	147.724	49.554	25.040	50.725	51.297	17.330	40.323	16.279.738	14.717.647	
01 a 30	983	2.053.048	9.623	5.903	1.377	356	33.024	261	3.640	2.108.215	2.038.401	
31 a 60	-	585.333	5.118	1.859	4.334	1.242	316	229	1.265	599.696	640.603	
61 a 90	-	522.218	8.030	1.408	824	285	3.907	168	1.479	538.319	515.529	
91 a 180	-	1.389.445	33.601	6.077	3.372	4.079	3.125	498	2.122	1.442.319	1.474.691	
181 a 365	-	2.292.742	38.834	6.889	8.097	15.656	5.134	9.334	7.421	2.384.107	2.280.109	
Acima de 365	-	9.053.976	52.518	27.418	7.036	29.107	5.791	6.840	24.396	9.207.082	7.768.314	
Subtotal	983	15.896.762	147.724	49.554	25.040	50.725	51.297	17.330	40.323	16.279.738	14.717.647	
Provisão Requerida	-	79.483	1.477	1.487	2.504	15.218	25.648	12.131	40.323	178.271	202.712	
Total (1)	983	17.099.684	703.209	515.163	376.024	277.899	278.985	211.542	815.124	20.278.613	18.367.110	
Total Provisão	-	85.498	7.032	15.455	37.602	83.370	139.492	148.080	815.124	1.331.653	1.221.382	

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8a).

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (1):

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo do início do exercício	1.266.038	1.071.651	1.266.084	1.248.715
Saldo oriundo de Incorporação (2)	-	209.422	-	-
Constituição/reversão de provisão	1.140.370	1.056.769	1.140.405	1.119.812
Baixas contra a provisão	(973.853)	(1.071.804)	(973.905)	(1.102.443)
Saldo do fim do exercício	1.432.555	1.266.038	1.432.584	1.266.084
Créditos recuperados (3)	236.286	259.963	245.603	271.959
Efeito no resultado (4)	(904.084)	(796.806)	(894.802)	(847.853)

(1) Inclui: (i) outros créditos com características de operações de crédito; (ii) operações de câmbio; (iii) outros créditos sem características de crédito (Nota 11);

(2) Em 28/06/2017 foi incorporada a empresa Brazilian Mortgages pelo Banco PAN;

(3) No exercício findo em 31/12/2018, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 245.603 (sendo R\$ 236.286 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 258 de recuperação de operação de arrendamento mercantil, R\$ 9.058 de recuperação de crédito na Brazilian Finance & Real State); e

(4) Despesa de provisão constituída, deduzido a receita de créditos recuperados.

d) Classificação por setor de atividade:

	Banco				Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018		31/12/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	18.558.064	91,52	15.924.109	86,71	18.558.064	91,52	15.924.109	86,71
Serviços	1.264.689	6,24	1.625.171	8,84	1.265.701	6,24	1.625.393	8,84
Construção e Incorporação	536.051	2,64	906.967	4,94	537.034	2,64	906.967	4,94
Outros Serviços	434.776	2,14	411.091	2,22	434.805	2,14	411.313	2,22
Financeiros	195.852	0,97	141.823	0,77	195.852	0,97	141.823	0,77
Transporte e Logística	46.537	0,23	98.995	0,54	46.537	0,23	98.995	0,54
Utilitários	44.225	0,22	37.162	0,21	44.225	0,22	37.162	0,21
Mídia, TI e Telecom	4.777	0,02	4.792	0,03	4.777	0,02	4.792	0,03
Locação de Veículos	2.323	0,01	18.591	0,11	2.323	0,01	18.591	0,11
Saúde, Segurança e Educação	148	0,01	5.750	0,02	148	0,01	5.750	0,02
Comércio	289.530	1,42	385.709	2,11	289.530	1,42	385.709	2,11
Atacado e Varejo	289.530	1,42	385.709	2,11	289.530	1,42	385.709	2,11
Indústrias de Base	90.873	0,45	191.814	1,03	90.873	0,45	191.814	1,03
Papel e Celulose	32.384	0,16	64.942	0,35	32.384	0,16	64.942	0,35
Outras Indústrias	23.798	0,12	84.821	0,46	23.798	0,12	84.821	0,46
Têxtil	15.366	0,08	20.599	0,11	15.366	0,08	20.599	0,11
Autopeças	12.072	0,05	12.072	0,06	12.072	0,05	12.072	0,06
Indústria Química	7.253	0,04	9.380	0,05	7.253	0,04	9.380	0,05
Agroindústria	74.445	0,37	240.085	1,31	74.445	0,37	240.085	1,31
Açúcar e Etanol	42.846	0,21	118.589	0,65	42.846	0,21	118.589	0,65
Agronegócio e Proteína Animal	31.599	0,16	121.496	0,66	31.599	0,16	121.496	0,66
Total (1)	20.277.601	100,00	18.366.888	100,00	20.278.613	100,00	18.367.110	100,00

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8a)

e) Concentração das operações de crédito:

Maiores Devedores	Banco				Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018		31/12/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	431.785	2,13	400.087	2,18	431.785	2,13	400.087	2,18
50 seguintes maiores devedores	723.978	3,57	874.191	4,76	723.978	3,57	874.191	4,76
100 seguintes maiores devedores	389.057	1,92	682.770	3,72	389.057	1,92	682.770	3,72
Demais devedores	18.732.781	92,38	16.409.840	89,34	18.733.793	92,38	16.410.062	89,34
Total	20.277.601	100,00	18.366.888	100,00	20.278.613	100,00	18.367.110	100,00

f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

I. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:

Nos exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2017, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras, conforme demonstrado a seguir:

Banco e Consolidado	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	-	-	-	922.651	592.687	329.964
Empréstimos em cosignação	7.014.441	4.831.377	2.183.064	9.848.957	7.145.059	2.703.898
Total (Nota 8g)	7.014.441	4.831.377	2.183.064	10.771.608	7.737.746	3.033.862

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito"

II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:**Cessão após a Resolução CMN nº 3.533/08**

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam R\$ 305.115, no Banco PAN e Consolidado (R\$ 159.643 em 31/12/2017), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 416.401 (R\$ 204.360 em 31/12/2017) (Nota 21b).

g) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro nas cessões de crédito (Nota 8f)	2.183.064	3.033.862	2.183.064	3.033.862
Consignado	1.812.209	1.839.792	1.812.209	1.839.792
Veículos	1.607.280	1.452.798	1.607.280	1.452.798
Cartão de crédito	720.069	691.541	720.069	691.541
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	236.286	269.803	245.602	271.959
Capital de giro/Conta Garantida	151.478	259.963	151.478	269.803
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	86.869	34.301	86.869	76.051
Financiamento à exportação	64.762	112.640	64.762	112.640
Renegociações	21.292	17.616	21.292	17.616
Habitacionais	15.221	14.048	15.221	33.170
Rendas de empreendimentos imobiliários	3.238	1.377	3.238	4.459
Crédito pessoal	189	2.166	189	2.166
Arrendamento mercantil, líquido de despesas	-	-	9	437
Outras	331	506	323	506
Ajuste a valor de mercado – Carteira Varejo (1)	(9.568)	(26.502)	(9.568)	(26.502)
Total	6.892.720	7.703.911	6.902.037	7.780.298

(1) Marcação a mercado de *hedge* contábil sobre os créditos de varejo: consignado, veículos e crédito pessoal.

9) CARTEIRA DE CÂMBIO**a) Saldos patrimoniais:**

Banco e Consolidado	31/12/2018	31/12/2017
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	27.802	57.474
Rendas a receber	11.056	10.695
Total do Ativo	38.858	68.169
Passivo - Outras Obrigações		
Obrigações por compra de câmbio	22.910	56.448
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(22.910)	(56.448)
Total do Passivo	-	-

b) Resultado de operação de câmbio:

Banco e Consolidado	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de financiamento à exportação	49.721	123.521
Varição Cambial	(37.335)	(104.980)
Total	12.386	18.541

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Consolidado	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	31/12/2018	31/12/2017
Tranches 95 e 96 (1)(2)	01/05/2023	TR	8,65	-	4.010
Cédula de Crédito Imobiliário	15/11/2034	INCC/IGPM /POUPANÇA/CDI e sem correção monetária	0 até 20,05	6.967	9.997
Total				6.967	14.007

(1) As referidas tranches foram securitizadas; e

(2) Em outubro de 2018, devido a encerramento da série 95, a Brazilian Securities passou a não responder por eventual insuficiência de recursos para liquidação financeira deste CRI. A série 96 foi reclassificada para o patrimônio separado da Companhia.

11) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Créditos tributários (Nota 32b)	2.690.503	2.900.329	2.933.004	3.151.336
Valores a receber por cessão de créditos	1.652.816	916.550	1.652.816	916.550
Títulos e créditos a receber (1)	913.705	916.819	914.688	916.819
Depósitos judiciais e fiscais	204.335	246.994	228.061	280.307
Impostos e contribuições a compensar	222.792	198.490	285.564	250.160
Valores a receber de empréstimos consignados (2)	43.125	108.460	43.125	108.460
Valores a receber de sociedades ligadas	12.527	42.304	10.352	39.691
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	7.958	11.558	8.650	12.249
Benefício residual em operações securitizadas (3)	-	-	7.796	11.214
Adiantamentos e antecipações salariais	1.119	1.291	1.171	1.352
Outros (4)	74.017	108.026	71.190	112.659
Total	5.822.897	5.450.821	6.156.417	5.800.797

(1) Inclui: (i) valores a receber relativos a transações de pagamento com cartão de crédito no montante de R\$ 669.608 (R\$ 676.792 em 31/12/2017). A contabilização desse ativo foi alterada pela Carta Circular nº 3.828/17 do BACEN; e (ii) títulos de créditos a receber com característica de concessão de crédito no montante de R\$ 244.097 no Banco e R\$ 245.080 no Consolidado (R\$ 233.960 no Banco e R\$ 240.027 no Consolidado em 31/12/2017);

(2) Refere-se basicamente a: (i) valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2018 é de R\$ 89.756 (R\$ 43.084 em 31/12/2017) (Nota 8c);

(3) Refere-se a operações oriundas da Brazilian Securities Companhia de Securitização; e

(4) Inclui provisão sobre outros créditos sem características de crédito, no montante de R\$ 11.175 (R\$ 1.618 em 31/12/2017) (Nota 8c).

12) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio e outros:

Valor Residual	Banco				Consolidado			
	Custo	Provisão para perdas	31/12/2018	31/12/2017	Custo	Provisão para perdas	31/12/2018	31/12/2017
Bens não de uso próprio	392.247	(53.628)	338.619	332.664	403.552	(54.925)	348.627	342.280
Imóveis	354.803	(43.460)	311.343	310.152	365.414	(44.127)	321.287	319.618
Veículos	37.444	(10.168)	27.276	22.512	38.138	(10.798)	27.340	22.662
Outros bens	282	-	282	313	282	-	282	313
Total	392.529	(53.628)	338.901	332.977	403.834	(54.925)	348.909	342.593

b) Despesas antecipadas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Comissões pagas a correspondentes bancários	93.958	144.902	94.393	148.072
Gastos na emissão de títulos no Exterior	1.897	3.415	1.897	3.415
Outras	7.927	9.683	7.931	10.827
Total	103.782	158.000	104.221	162.314

13) INVESTIMENTOS

a) Controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)			Participação no capital social	Resultado Ajustado	Saldo dos Investimentos			Ajuste decorrente de avaliação (1)		
			ON	PN	Cotas			%	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	Exercício findo em	
												31/12/2018	31/12/2017
Pan Arrendamento Mercantil S.A. (2)	356.736	354.781	11	-	-	100,00	3.873	354.781	350.907	3.873	(4.483)		
Pan Administradora de Consórcio (2)(7)	42.388	49.952	-	-	48.168	100,00	5.129	49.952	45.067	5.129	2.555		
Brazilian Securities Companhia de Securitização (3)(4)(7)	174.201	212.716	77.865	-	-	100,00	830	213.968	212.473	830	(2.706)		
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (2)(7)	107.662	170.993	0,2	0,5	-	100,00	12.544	170.993	160.422	12.544	11.459		
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (2)(3)	179.864	213.325	-	-	179.864	100,00	3.448	215.578	209.277	3.448	5.940		
Stone Pagamentos S.A. (4)(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.993)		
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária (6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(65.995)		
Total								1.005.272	978.146	25.824	(56.223)		

(1) Considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Empresas que tiveram suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2018 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;

(3) O valor contábil dos respectivos investimentos contém o ágio na aquisição já líquido de amortização que formam o montante de R\$ 3.505, BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. R\$ 2.253 e Brazilian Securities Companhia de Securitização R\$ 1.252;

(4) Empresa auditada por outro auditor independente;

(5) Em out/17 o Banco PAN alienou a totalidade das ações detidas na Stone Pagamentos S.A. por R\$ 229.000 (Nota 33g);

(6) Empresa incorporada pelo Banco PAN em 28/06/2017 e homologado pelo BACEN em 16/11/2017; e

(7) Empresas com dividendos a serem pagos até 31/12/2019 no total de R\$ 3.332, sendo R\$ 244 Pan Administradora de Consórcio, R\$ 2.656 Brazilian Finance & Real Estate S.A e R\$ 432 da empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização.

b) Outros Investimentos:

Banco e Consolidado	31/12/2018	31/12/2017
Central de Registros de Títulos e Ativos (Certa)	765	-
Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP)	379	379
Total	1.144	379

14) IMOBILIZADO**a) Os ativos imobilizados são compostos por:**

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2018	31/12/2017
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	41.303	(26.898)	14.405	19.965
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.782	(891)	891	807
Sistemas de processamento de dados	20%	27.906	(19.109)	8.797	6.918
Total em 31/12/2018 (Banco e Consolidado)		70.991	(46.898)	24.093	-
Total em 31/12/2017 (Banco)		69.211	(41.521)	-	27.690
Total em 31/12/2017 (Consolidado)		69.249	(41.559)	-	27.690

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

Banco e Consolidado	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldo em 31/12/2017	19.965	807	6.918	27.690
Aquisições	544	315	5.785	6.644
Baixas	(1.334)	-	(137)	(1.471)
Depreciação	(4.770)	(231)	(3.769)	(8.770)
Saldo em 31/12/2018	14.405	891	8.797	24.093

15) INTANGÍVEL

No exercício encerrado em 31/12/2018, foram amortizados ágios no montante de R\$ 23.930 no Banco PAN e R\$ 25.053 no Consolidado (Nota 27b).

a) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Banco	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2018	31/12/2017
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	191.370	(106.113)	85.257	40.611
Ágio	10%	229.514	(147.272)	82.242	105.194
Total em 31/12/2018		420.884	(253.385)	167.499	-
Total em 31/12/2017		359.582	(213.777)	-	145.805

Consolidado	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2018	31/12/2017
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	192.272	(106.758)	85.514	40.844
Ágio	10%	250.532	(160.758)	89.774	114.827
Total em 31/12/2018		442.804	(267.516)	175.288	-
Total em 31/12/2017		381.430	(225.759)	-	155.671

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

Banco	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2017	40.611	105.194	145.805
Adições	63.023	-	63.023
Baixas	(550)	-	(550)
Amortização	(17.827)	(22.952)	(40.779)
Saldo em 31/12/2018	85.257	82.242	167.499

Consolidado	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2017	40.844	114.827	155.671
Adições	63.094	-	63.094
Baixas	(550)	-	(550)
Amortização	(17.874)	(25.053)	(42.927)
Saldo em 31/12/2018	85.514	89.774	175.288

16) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos à vista (1)	17.369	-	-	-	-	17.369	25.543
Depósitos interfinanceiros	7.215.628	228.208	11.803	230.091	33.728	7.719.458	8.970.673
Depósitos a prazo (2)	145.925	504.796	671.846	1.767.577	6.344.882	9.435.026	5.138.629
Total em 31/12/2018	7.378.922	733.004	683.649	1.997.668	6.378.610	17.171.853	-
Total em 31/12/2017	8.371.992	565.276	144.418	490.895	4.562.264	-	14.134.845

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos à vista (1)	17.319	-	-	-	-	17.319	25.439
Depósitos interfinanceiros	7.215.628	204.664	4.063	5.355	33.728	7.463.438	8.730.148
Depósitos a prazo (2)	145.925	504.796	671.846	1.724.745	6.083.175	9.130.487	4.899.966
Total em 31/12/2018	7.378.872	709.460	675.909	1.730.100	6.116.903	16.611.244	-
Total em 31/12/2017	8.371.888	533.828	144.418	264.648	4.340.771	-	13.655.553

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro; e

(2) Objeto de *hedge* contábil (Nota 7f).

b) Captações no mercado aberto:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2018	31/12/2017
Carteira Própria	162.094	-	-	-	107.430	269.524	1.082.258
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	201.059
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	4.996	-	-	-	107.430	112.426	685.033
Notas do Tesouro Nacional – NTN	157.098	-	-	-	-	157.098	196.166
Carteira de Terceiros	-	-	-	-	-	-	517.056
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	517.056
Total em 31/12/2018	162.094	-	-	-	107.430	269.524	-
Total em 31/12/2017	1.493.292	-	-	-	106.022	-	1.599.314

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2018	31/12/2017
Carteira Própria	162.094	-	-	-	98.093	260.187	1.074.431
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	201.059
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	4.996	-	-	-	98.093	103.089	677.206
Notas do Tesouro Nacional – NTN	157.098	-	-	-	-	157.098	196.166
Carteira de Terceiros	-	-	-	-	-	-	517.056
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	517.056
Total em 31/12/2018	162.094	-	-	-	98.093	260.187	-
Total em 31/12/2017	1.493.292	-	-	-	98.195	-	1.591.487

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2018	31/12/2017
Títulos e Valores Mobiliários – País							
Letras Financeiras – LF	152.920	395	1.151	7.271	566.069	727.806	812.593
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	-	26	-	3.904	2.393	6.323	103.631
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	24.145	50.710	49.802	331.183	59.992	515.832	1.329.117
Total em 31/12/2018	177.065	51.131	50.953	342.358	628.454	1.249.961	-
Total em 31/12/2017	118.573	539.645	380.741	508.882	697.500	-	2.245.341

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2018	31/12/2017
Títulos e Valores Mobiliários – País							
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	-	-	-	-	4.214
Letras Financeiras – LF	152.920	395	1.151	7.271	566.069	727.806	812.593
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	-	26	-	3.904	2.393	6.323	103.631
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	24.145	50.710	49.802	331.183	59.992	515.832	1.329.117
Total em 31/12/2018	177.065	51.131	50.953	342.358	628.454	1.249.961	-
Total em 31/12/2017	118.583	539.663	380.766	508.932	701.611	-	2.249.555

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos a prazo	921.248	629.582	903.518	610.191
Depósitos interfinanceiros	559.774	1.201.229	544.435	1.191.234
Varição cambial	258.910	22.337	258.910	22.337
Títulos e valores mobiliários no Exterior e dívidas subordinadas	162.342	140.244	162.342	140.244
Letras de crédito imobiliário	55.076	99.652	55.076	138.729
Letras financeiras	60.800	104.665	60.800	104.665
Operações compromissadas	38.455	141.167	37.923	140.625
Créditos cedidos com retenção de risco	39.791	43.243	39.791	43.243
Contribuições ao fundo garantidor de créditos	10.597	7.833	10.597	8.343
Letras de crédito do agronegócio	3.552	18.324	3.552	18.324
Captações no Exterior – Dívida subordinada	(57.634)	(14.343)	(57.634)	(14.343)
Total	2.052.911	2.393.933	2.019.310	2.403.592

17) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Banco e Consolidado	31/12/2018	31/12/2017
Recebimentos e pagamentos a liquidar	615.912	654.035
Correspondentes no País (1)	112.716	197.184
Total	728.628	851.219

(1) Referem-se a recebimentos de parcelas relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito. São representados por: crédito direto ao consumidor, crédito consignado e crédito imobiliário.

18) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Até out/17 a empresa Brazilian Securities possuía uma operação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tal operação era objeto de *hedge* contábil. No exercício findo em 31/12/2017 essa operação gerou uma despesa de juros de R\$ (3.169) juntamente com uma receita de variação cambial de R\$ 1.660.

19) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	Banco e Consolidado	
					31/12/2018	31/12/2017
No Exterior (1):						
2020	10	US\$ 456.792	US\$	Taxa de 8,50% ao ano	1.790.563	1.585.191
No País:						
2018 (2)	06	R\$ 10.000	R\$	100% da taxa CDI + 1,35% ao ano	-	19.152
2019 (3)	06	R\$ 100.000	R\$	100% da taxa IPCA + 5,60% ao ano	186.757	169.895
2019 (4)	05	R\$ 500	R\$	111% CDI	812	757
Total					1.978.132	1.774.995

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 57.634 no exercício findo em 31/12/2018 (receita de R\$ 14.343 no exercício findo em 31/12/2017). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (Nota 7f);

(2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 22/05/2012 e liquidadas em 22/05/2018;

(3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019; e

(4) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 13/10/2014 com vencimento em 14/10/2019.

20) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)**Provisões classificadas como perda provável:**

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretensão enquadramento na categoria dos bancários, especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. Para os casos em fase de conhecimento, a provisão é constituída com base em índice histórico de perda dos processos pagos nos últimos 12 meses. Os processos com decisão judicial desfavorável são liquidados e provisionados de acordo com a respectiva fase processual.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

I. Provisões segregadas por natureza:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Processos cíveis	276.363	281.191	290.599	294.968
Processos trabalhistas	279.008	358.731	290.927	381.513
Processos tributários	1.002	931	27.341	23.178
Total (Nota 21b)	556.373	640.853	608.867	699.659

II. Movimentação das provisões:

Banco	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2017	281.191	358.731	931	640.853
Baixas/Correção	(147.508)	(219.568)	(8)	(367.084)
Constituições líquidas de reversões	142.680	139.845	79	282.604
Saldo em 31/12/2018	276.363	279.008	1.002	556.373

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2017	294.968	381.513	23.178	699.659
Baixas/Correção	(155.343)	(220.676)	(95)	(376.114)
Constituições líquidas de reversões	150.974	130.090	4.258	285.322
Saldo em 31/12/2018	290.599	290.927	27.341	608.867

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

I. Passivos contingentes classificados como perda possível:

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.167. Julgado o Recurso Voluntário, aguarda-se abertura de prazo para oposição dos embargos de declaração e intimação de eventual Recurso Especial da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.477. Dois Autos de Infração encontram-se sobrestados a pedido do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e o terceiro aguarda o resultado da diligência, para que ocorra o julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 43.656. A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A Municipalidade ajuizou execução fiscal e a empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo, na qual houve julgamento parcialmente favorável em primeira instância. Atualmente, o processo aguarda apreciação dos recursos de apelação e contrarrazões à apelação da Municipalidade.

No 1º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de Infração ao Banco PAN S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 6.077, e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de *swap* da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante principal, não atualizado e multa totalizou R\$ 3.320. Ambos os casos se encontram no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, sendo que o primeiro foi julgado parcialmente procedente, no que ensejou a interposição dos embargos de declaração pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do qual aguarda-se decisão, para que então o Banco PAN S.A. possa apresentar os recursos de embargos de declaração e Revista à Câmara Superior

do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O segundo encontra-se sobrestado a pedido do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No 4º trimestre de 2016, o Banco PAN S.A. recebeu um Auto de Infração referente suposta ausência do recolhimento da contribuição previdenciária dos valores auferidos a título de participação nos lucros ou resultados dos empregados do Banco PAN no período de janeiro a outubro de 2012, no valor de R\$ 3.099. O processo aguarda julgamento de impugnação administrativa apresentada à Delegacia Regional de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

No 4º trimestre de 2017, foram lavrados três Autos de Infração ao Banco PAN S.A pela Receita Federal do Brasil, por meio dos quais foram constituídos créditos tributários (i) de natureza previdenciária, essencialmente sobre participação nos lucros ou resultados dos empregados distribuídos no ano-calendário de 2013; (ii) de IRRF sobre suposto ganho de capital na aquisição de participação societária no exterior em 2013; e (iii) de imposto de renda e contribuição social relativos ao ano base de 2012. O montante total destes casos, acrescidos de multa e juros de mora é de R\$ 111.411. Após apresentação da impugnação administrativa, os processos aguardam julgamento na Delegacia de Julgamentos da Receita Federal do Brasil, com exceção do processo de natureza previdenciária, que foi julgado improcedente e, face a tal decisão, foi apresentado Recurso Voluntário no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

21) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
COFINS a recolher	12.225	10.550	12.605	11.674
Impostos e contribuições sobre salários	12.108	13.335	12.578	13.483
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	9.052	2.042	17.846	9.256
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	7.085	5.977	7.140	6.061
PIS a recolher	1.987	1.714	2.060	1.910
ISS a recolher	1.474	1.287	1.520	1.330
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	459	3.405	460	3.405
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 32e)	-	-	85.271	84.682
Total	44.390	38.310	139.480	131.801

b) Diversas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para pagamentos a efetuar	599.977	538.115	600.657	538.886
Provisão para passivos contingentes (Nota 20)	556.373	640.853	608.867	699.659
Cessão com retenção de riscos (1)	416.401	204.360	416.401	204.360
Arrecadação de cobrança	131.114	121.936	131.355	122.177
Operações com cartão de crédito	27.682	18.980	27.682	18.980
Valores a pagar a sociedades ligadas	6.283	16.544	5.345	15.250
Valores específicos de consórcio	-	-	9.186	7.831
Outros	42.580	33.894	43.746	34.289
Total	1.780.410	1.574.682	1.843.239	1.641.432

(1) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial dos riscos e benefícios anteriores a resolução CMN nº 3.533/08 e fianças (Nota 8f - II).

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Composição do capital social em quantidade de ações:**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.653.410 em 31/12/2018 e R\$ 3.460.732 em 31/12/2017. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal. Conforme descrito no quadro abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Ordinárias	657.560.635	535.029.747
Preferenciais	484.245.486	394.010.416
Total	1.141.806.121	929.040.163

b) Movimentação do capital social em quantidade de ações:

O BACEN aprovou em 18/04/2018 (publicado no Diário Oficial em 20/04/2018) o aumento de capital em ON e PN homologado em 07/02/2018 pelo Conselho de Administração da Companhia, tal aumento ocorreu dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 400.000.001,04 (quatrocentos milhões, um real e quatro centavos), mediante a emissão de novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, na mesma proporção das ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes.

Quantidade de ações	Ordinárias	Preferenciais	Total
Em circulação em 31/12/2017	535.029.747	394.010.416	929.040.163
Aumento de Capital	122.530.888	90.235.070	212.765.958
Após o aumento de capital	657.560.635	484.245.486	1.141.806.121

Demais informações estão descritas na nota explicativa 33h.

c) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do Banco PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

d) Juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A seguir demonstra-se o cálculo da provisão de juros sobre o capital próprio.

	31/12/2018	% (1)	31/12/2017	% (1)
Lucro líquido antes da reserva legal	221.515		212.606	
Prejuízo acumulado de exercício anterior	-		(34.311)	
Resultado antes da reserva legal	221.515		178.295	
(-) Reserva Legal	(11.076)		(8.915)	
Base de cálculo	210.439		169.380	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	86.715	41,2%	69.800	41,2%
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(13.007)		(10.470)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	73.708	35,0%	59.330	35,0%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

23) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Operações de crédito	167.914	175.179	167.949	175.236
Rendas de cartão	122.459	122.070	122.459	122.070
Rendas de intermediação de negócios	46.224	69.857	46.224	69.857
Administração de consórcios	-	-	28.907	24.188
Outras	11.620	10.451	12.019	11.885
Total	348.217	377.557	377.558	403.236

24) DESPESAS DE PESSOAL

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Proventos	260.482	282.650	261.691	284.535
Encargos sociais	74.953	86.370	76.138	87.479
Benefícios	62.346	66.246	62.714	67.010
Honorários (Nota 29b)	12.648	19.488	16.884	21.260
Outros	3.284	3.283	3.285	3.288
Total	413.713	458.037	420.712	463.572

25) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Comissões pagas a correspondentes bancários	912.423	1.111.933	919.633	1.117.353
Serviços de terceiros	220.294	290.230	239.842	310.408
Processamento de dados	175.130	171.698	175.344	172.512
Serviços do sistema financeiro	127.737	158.311	128.693	161.707
Comunicações	47.062	44.125	47.332	44.325
Aluguéis	40.673	44.866	41.055	45.287
Despesas com busca e apreensão de bens	29.971	39.422	30.066	39.534
Depreciação e amortização	26.597	32.108	26.644	32.379
Propaganda, promoções e publicidade	26.340	22.425	26.838	23.538
Manutenção e conservação de bens	5.151	4.966	5.161	4.976
Taxas e emolumentos	5.025	5.732	5.995	8.749
Transporte	4.974	5.605	4.994	5.633
Viagens	3.315	4.177	3.323	4.197
Materiais de consumo	1.014	746	1.014	746
Outras	103.095	104.832	107.065	114.696
Total	1.728.801	2.041.176	1.762.999	2.086.040

26) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contribuição à COFINS	121.568	155.676	128.392	162.257
Contribuição ao PIS	19.755	25.297	21.022	26.495
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN	15.496	16.712	16.108	17.316
Impostos e taxas	3.846	4.563	6.790	13.932
Total	160.665	202.248	172.312	220.000

27) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de encargos e despesas	203.940	133.701	207.615	137.273
Varição monetária ativa / cambial	65.689	59.067	67.990	65.797
Benefício residual em operações securitizadas	-	-	4.199	17.087
Reversão de provisões	750	10.425	18.733	14.823
Outras	22.034	15.134	29.007	27.666
Total	292.413	218.327	327.544	262.646

b) Outras despesas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Cessão de operações de crédito	1.296.240	1.264.077	1.296.240	1.268.734
Constituição de provisões	284.306	479.591	306.434	533.659
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	54.194	58.415	54.194	58.484
Varição monetária passiva / cambial	34.650	58.510	34.650	58.510
Amortização de ágio (Nota 15)	23.930	18.811	25.053	25.053
Gravames	19.490	18.674	19.539	18.718
Descontos concedidos	16.803	18.306	16.803	18.316
Outras	52.450	62.286	57.548	66.247
Total	1.782.063	1.978.670	1.810.461	2.047.721

28) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado na alienação de outros valores e bens	(31.298)	(5.960)	(31.253)	(8.688)
Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens	19.210	14.557	19.511	17.003
Impairment de ativos não financeiros	(9.791)	(38.083)	(10.035)	(39.422)
Resultado na alienação de investimento (1)	-	183.384	-	183.384
Outros	367	26	367	26
Total	(21.512)	153.924	(21.410)	152.303

(1) Em out/17 o Banco PAN alienou a totalidade das ações detidas na Stone Pagamentos S.A.

29) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

Banco	Prazo máximo	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
		Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
		(passivo)	(passivo)	(despesas)	(despesas)
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)					
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	-	85.704	44.332	6.132
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	-	-	1.115	3.886
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	-	-	-	-	778
Cessão de crédito (b)		1.652.816	916.550	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	1.652.816	916.550	-	-
Outros créditos		15.858	95.809	-	1.269
Banco BTG Pactual S.A.(c)		-	47.904	-	1.269
Caixa Econômica Federal		5.858	33.886	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	4.470	5.783	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	24	22	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização (d)	Sem prazo	1.256	3.523	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.(d)	Sem prazo	251	129	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (d)(e)	Sem prazo	3.999	4.562	-	-
Depósitos à vista (f)		(480)	(498)	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(343)	(324)	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(35)	(8)	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	Sem prazo	(16)	(32)	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	(20)	(54)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	(4)	(5)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(6)	(5)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(3)	(8)	-	-
Pessoal chave da Administração	Sem prazo	(53)	(62)	-	-
Depósitos interfinanceiros (g)		(7.367.646)	(8.759.564)	(542.928)	(1.183.881)
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2019	(95.000)	(400.058)	(5.310)	(79.069)
Caixa Econômica Federal	24/01/2019	(7.016.627)	(8.118.981)	(522.280)	(1.094.817)
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	20/12/2019	(256.019)	(240.525)	(15.338)	(9.995)
Depósitos a prazo (h)		(325.222)	(291.684)	(21.481)	(23.445)
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	06/12/2021	(7.176)	(23.099)	(1.098)	(3.402)
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	13/12/2021	(43.640)	(36.478)	(2.526)	(3.351)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	13/12/2021	(143.918)	(111.562)	(8.183)	(8.786)
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	06/12/2021	(90.600)	(82.273)	(6.197)	(6.772)
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	01/09/2021	(26.381)	(8.350)	(824)	(483)
Banco BTG Pactual S.A.	07/11/2022	(37.843)	(27.171)	(2.499)	(532)
Pessoal chave da Administração	03/03/2022	(2.664)	(2.751)	(154)	(119)
Obrigações por operações compromissadas		(89.336)	(907.946)	(1.928)	(37.522)
Banco BTG Pactual S.A.	-	(79.999)	-	(1.146)	(35.653)
Caixa Econômica Federal	02/01/2019	-	(900.119)	(250)	(1.328)
Pan Administradora de Consórcio Ltda	01/03/2023	(9.337)	(7.827)	(532)	(541)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (i)		(8.434)	(84.260)	(1.857)	(14.292)
Banco BTG Pactual S.A.	11/08/2020	(3.758)	(49.336)	(1.539)	(7.235)
Brazilian Securities Companhia de Securitização		-	-	-	(1.061)

Pessoal chave da Administração	31/07/2020	(4.676)	(34.924)	(318)	(3.390)
Instrumentos financeiros derivativos (j)		77.959	(50.739)	72.413	68.076
Brazilian Securities Companhia de Securitização		-	-	-	10.780
Banco BTG Pactual S.A.	01/07/2020	77.959	(50.739)	72.413	57.296
Outras obrigações		(6.283)	(16.544)	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(5.345)	(15.250)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(730)	(993)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(192)	(301)	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda	Sem prazo	(16)	-	-	-
Receita de prestação de serviços (k)		-	-	48.249	64.015
Pan Seguros S.A.		-	-	45.828	63.417
Pan Administradora de Consórcio Ltda.		-	-	207	598
Caixa Econômica Federal		-	-	2.214	-
Despesa de pessoal		-	-	(270)	(289)
Pan Seguros S.A.		-	-	(270)	(289)
Outras despesas administrativas		-	-	(22.751)	(42.794)
Pan Seguros S.A.		-	-	(6.067)	(16.287)
Banco BTG Pactual S.A.		-	-	(2.188)	(1.685)
BTG Pactual Corretora		-	-	(144)	(115)
Tecban S.A.		-	-	(1.112)	(1.490)
Câmara Interbancária de Pagamentos		-	-	(13.240)	(23.217)
Resultado obtido na cessão de crédito tributário		-	-	-	102.500
Banco BTG Pactual S.A. (c)		-	-	-	102.500
Resultado obtido na cessão de crédito		-	-	1.807.570	2.859.668
Caixa Econômica Federal		-	-	1.807.570	2.859.668

(a) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(b) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

(c) Valor decorrente da cessão realizada em 29/08/2017 (Nota 32a);

(d) Saldo provisionado referente a dividendos que será pago até 31/12/2019, sendo: R\$ 2.656 da empresa Brazilian Finance & Real Estate S.A, R\$ 432 da empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização e R\$ 244 da Pan Administradora de Consórcio Ltda.;

(e) Saldo provisionado de R\$ 1.343, referente ao saldo remanescente da redução de capital da Brazilian Finance & Real Estate S.A, conforme AGE de 18/09/2013;

(f) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(g) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(h) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;

(i) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 104,04% do CDI;

(j) Referem-se às operações de *swap*; e

(k) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga a correspondente por intermediação de negócios.

Consolidado	Prazo máximo	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
		Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
		(passivo)	(passivo)	(despesas)	(despesas)
Disponibilidades (a)		769	1.150	-	-
Caixa Econômica Federal	01/01/2019	769	1.150	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)		-	85.704	45.447	9.968
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	-	85.704	44.332	6.132
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	-	-	1.115	3.886
Cessão de crédito (c)		1.652.816	916.550	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	1.652.816	916.550	-	-
Outros créditos		10.352	39.691	-	1.269
Banco BTG Pactual S.A. (d)		-	-	-	1.269
Caixa Econômica Federal		5.858	33.886	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	4.470	5.783	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	24	22	-	-
Depósitos à vista (e)		(431)	(394)	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(343)	(324)	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(35)	(8)	-	-
Pessoal chave da Administração		(53)	(62)	-	-
Depósitos interfinanceiros (f)		(7.111.627)	(8.519.039)	(527.590)	(1.173.886)
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2019	(95.000)	(400.058)	(5.310)	(79.069)
Caixa Econômica Federal	24/01/2019	(7.016.627)	(8.118.981)	(522.280)	(1.094.817)
Depósitos a prazo (g)		(47.683)	(53.021)	(3.751)	(4.053)
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	06/12/2021	(7.176)	(23.099)	(1.098)	(3.402)
Banco BTG Pactual S.A.	07/11/2022	(37.843)	(27.171)	(2.499)	(532)
Pessoal chave da Administração	03/03/2022	(2.664)	(2.751)	(154)	(119)
Obrigações por operações compromissadas		(79.999)	(900.119)	(1.396)	(36.981)
Banco BTG Pactual S.A.	-	(79.999)	-	(1.146)	(35.653)
Caixa Econômica Federal	02/01/2019	-	(900.119)	(250)	(1.328)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (h)		(8.434)	(84.260)	(1.857)	(10.625)
Banco BTG Pactual S.A.	11/08/2020	(3.758)	(49.336)	(1.539)	(7.235)
Pessoal chave da Administração	31/07/2020	(4.676)	(34.924)	(318)	(3.390)
Instrumentos financeiros derivativos (i)		77.959	(50.739)	72.413	57.296
Banco BTG Pactual S.A.	01/07/2020	77.959	(50.739)	72.413	57.296
Outras obrigações		(5.345)	(15.250)	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(5.345)	(15.250)	-	-
Receita de prestação de serviços (j)		-	-	48.042	63.417
Pan Seguros S.A.		-	-	45.828	63.417
Caixa Econômica Federal		-	-	2.214	-
Despesa de Pessoal		-	-	(271)	(292)
Pan Seguros S.A.		-	-	(271)	(292)
Outras despesas administrativas		-	-	(22.751)	(42.811)
Pan Seguros S.A.		-	-	(6.067)	(16.287)
Banco BTG Pactual S.A.		-	-	(2.188)	(1.702)
BTG Pactual Corretora		-	-	(144)	(115)
Tecban S.A.		-	-	(1.112)	(1.490)

Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(13.240)	(23.217)
Resultado obtido na cessão de créditos tributários	-	-	-	-	102.500
Banco BTG Pactual S.A. (d)	-	-	-	-	102.500
Resultado obtido na cessão de crédito	-	-	-	1.807.570	2.859.668
Caixa Econômica Federal	-	-	-	1.807.570	2.859.668

(a) Referem-se as contas corrente das empresas Brazilian Securities Companhia de Securitização, BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

(d) Valor decorrente da cessão realizada em 29/08/2017 (Nota 32a);

(e) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(f) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(g) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;

(h) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 104,04% do CDI;

(i) Referem-se às operações de *swap*; e

(j) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros.

b) Remuneração dos Administradores:

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/04/2018 foi aprovada a remuneração máxima global para os Administradores do Conglomerado PAN para o exercício de 2018, no montante de até R\$ 22.423 (R\$ 28.400 no exercício de 2017).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de honorários (Nota 24)	12.648	19.488	16.884	21.260
Contribuição ao INSS	2.846	4.385	3.799	4.784
Total	15.494	23.873	20.683	26.044

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Nos termos da legislação vigente em 31/12/2018, o Banco PAN não concedeu empréstimos ou adiantamentos para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- **Gestão de Riscos**

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

- **Gestão do Capital**

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

O Banco PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Prudencial.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de referência nível I	2.273.783	1.784.926
Capital Principal	2.273.783	1.784.926
Patrimônio de referência nível II	358.112	631.294
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.631.895	2.416.220
Patrimônio de referência	2.631.895	2.416.220
- Risco de crédito	16.104.846	15.583.707
- Risco de mercado	311.627	195.002
- Risco operacional	2.278.424	2.359.044
Ativo ponderado pelo risco – RWA	18.694.897	18.137.753
Índice de Basileia	14,08%	13,32%
Nível I	12,16%	9,84%
Nível II	1,92%	3,48%

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela Instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 31/12/2018

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(644)	(126.516)	(246.897)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(383)	(72.839)	(136.207)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(193)	(18.542)	(36.104)
Moeda estrangeira	Taxas de câmbio	(99)	(2.483)	(4.965)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	(4)	(400)	(808)
Total em 31/12/2018		(1.323)	(220.780)	(424.981)
Total em 31/12/2017		(1.450)	(283.069)	(562.067)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de março de 2018, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 31/12/2018 e 31/12/2017.

Ativos – Dólar	31/12/2018	31/12/2017
Operações de crédito (ACC/CCE)	61.150	140.212
Total Ativos	61.150	140.212

Passivos – Dólar	31/12/2018	31/12/2017
Dívida subordinada	1.790.563	1.585.191
Total Passivos	1.790.563	1.585.191

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31/12/2018 e 31/12/2017, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Posição comprada - Dólar				
Swap	1.128.662	1.113.478	1.909.407	1.766.600
DDI	74.556	65.606	74.556	65.606
Opções	222	-	222	-
Total	1.203.440	1.179.084	1.984.185	1.832.206
Posição Vendida - Dólar				
Swap	25.568	22.343	25.735	22.802
DDI	95.563	151.990	95.563	151.990
DOL	24.240	29.053	24.240	29.053
Opções	67	-	67	-
Total	145.438	203.386	145.605	203.845

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

- **Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela Administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

- **Valor de Mercado**

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Consolidado	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários	1.934.506	1.943.008	8.502	1.715.141	1.730.706	15.565
- Títulos para negociação	401.225	401.225	-	50.757	50.757	-
- Títulos disponíveis para venda	891.836	891.836	-	1.125.072	1.125.072	-
- Títulos mantidos até o vencimento	641.445	649.947	8.502	539.312	554.877	15.565
Operações de crédito	20.407.816	19.335.393	(1.072.423)	18.505.881	18.866.656	360.775
Depósitos interfinanceiros	7.463.438	7.411.443	51.995	8.730.148	8.731.510	(1.362)
Depósitos a prazo	9.130.487	10.762.081	(1.631.594)	4.899.966	6.464.406	(1.564.440)
Recursos de emissão de títulos	1.249.961	1.266.549	(16.588)	2.249.555	2.249.020	535
Dívidas subordinadas	1.978.132	1.977.240	892	1.774.995	1.781.134	(6.139)
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			(2.659.216)			(1.195.066)

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e valores mobiliários, Dívidas subordinadas, Instrumentos financeiros derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;
- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço; e
- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

31) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. As despesas com benefícios no exercício findo em 31/12/2018 representava R\$ 62.346 no Banco PAN e R\$ 62.714 no Consolidado (R\$ 66.246 no Banco PAN e R\$ 67.010 no Consolidado no exercício findo em 31/12/2017).

32) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	441.754	281.157	456.866	253.294
Alíquota efetiva (1) / (2)	45%	45%	-	-
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(198.789)	(229.021)	(213.565)	(224.626)
Efeito no cálculo dos tributos:				
Participação em controladas	11.621	(25.300)	11.621	(1.347)
Cessão de crédito tributário (3)	-	102.500	-	102.500
Outros valores	(33.071)	(19.229)	(33.407)	(19.715)
Resultado de Imposto de renda e contribuição social	(220.239)	(68.551)	(235.351)	(40.688)

(1) No consolidado à alíquota efetiva não é demonstrada em virtude de alíquota diferenciada entre as empresas do segmento financeiro e demais segmentos; e

(2) Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras a partir de 01/09/2015. A cobrança é válida até 31/12/2018, retornando ao patamar de 15% a partir de 2019.

(3) Em 29/08/2017, ao amparo da Medida Provisória (MP) nº 783/17, a Companhia celebrou contrato de cessão onerosa ao BTG Pactual S.A. de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL não ativados no montante de R\$ 410.000. A transação foi realizada pelo valor de R\$ 102.500, os quais foram registrados contabilmente no momento da cessão.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Banco	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	994.099	459.326	(539.242)	914.183
Provisão para contingências cíveis	124.228	59.510	(73.193)	110.545
Provisão para contingências trabalhistas	152.198	58.243	(98.838)	111.603
Provisão para contingências tributárias	373	370	(342)	401
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	14.510	23.400	(16.459)	21.451
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	13.300	38.668	(22.095)	29.873
Outras provisões	331.292	141.199	(235.969)	236.522
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.630.000	780.716	(986.138)	1.424.578
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.270.329	-	(4.404)	1.265.925
Total dos créditos tributários (Nota 11)	2.900.329	780.716	(990.542)	2.690.503

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.008.738	460.497	(542.169)	927.066
Provisão para contingências cíveis	129.510	63.433	(77.276)	115.667
Provisão para contingências trabalhistas	160.288	59.839	(104.418)	115.709
Provisão para contingências tributárias	9.271	2.160	(495)	10.936
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	14.906	23.402	(16.604)	21.704
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	22.062	44.768	(27.120)	39.710
Outras provisões	332.725	141.334	(238.670)	235.389
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.677.500	795.433	(1.006.752)	1.466.181
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.473.836	1.077	(8.090)	1.466.823
Total dos créditos tributários (Nota 11)	3.151.336	796.510	(1.014.842)	2.933.004
Obrigações fiscais diferidas (Nota 32e)	(84.682)	(710)	121	(85.271)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	3.066.654	795.800	(1.014.721)	2.847.733

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2018, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 01/02/2019.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

Banco	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
2018	-	709.781	-	5.242	-	715.023
2019	749.253	484.304	11.823	1.766	761.076	486.070
2020	437.430	394.909	67.569	5.128	504.999	400.037
2021	75.246	296	118.822	46.915	194.068	47.211
2022	52.004	4.217	98.689	107.023	150.693	111.240
2023	37.894	10.122	139.755	165.648	177.649	175.770
2024	31.874	10.122	147.571	187.255	179.445	197.377
2025	25.510	8.890	161.316	215.567	186.826	224.457
2026	8.407	5.196	166.654	272.501	175.061	277.697
2027	4.914	2.163	191.843	263.284	196.757	265.447
2028	2.046	-	161.883	-	163.929	-
Total	1.424.578	1.630.000	1.265.925	1.270.329	2.690.503	2.900.329

Consolidado	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
2018	-	726.753	-	5.951	-	732.704
2019	753.850	491.831	13.146	5.908	766.996	497.739
2020	441.682	396.917	70.582	20.419	512.264	417.336
2021	80.382	2.614	127.041	65.430	207.423	68.044
2022	57.363	5.051	113.256	127.186	170.619	132.237
2023	39.751	10.956	157.013	186.983	196.764	197.939
2024	33.309	10.956	167.696	210.918	201.005	221.874
2025	26.790	9.724	184.167	240.913	210.957	250.637
2026	8.407	6.030	190.438	296.665	198.845	302.695
2027	4.914	16.668	215.995	274.450	220.909	291.118
2028	19.733	-	188.513	-	208.246	-
Total	1.466.181	1.677.500	1.427.847	1.434.823	2.894.028	3.112.323

Em 31/12/2018, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN totalizava R\$ 1.788.995 e R\$ 1.894.365 no Consolidado (R\$ 1.841.141 no Banco PAN e R\$ 1.948.850 no Consolidado em 31/12/2017).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.976 (R\$ 39.013 em 31/12/2017), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 31/12/2018 e 31/12/2017, o Banco PAN e o Consolidado possuíam prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 230.396, sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 92.158 no Banco PAN e no Consolidado em 31/12/2018 e 31/12/2017 em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas:

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2018
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(6.272)	(710)	-	(6.982)
Superveniência de depreciação	(78.410)	-	121	(78.289)
Total (Nota 21a – 32b)	(84.682)	(710)	121	(85.271)

33) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 295.430 em 31/12/2018 (R\$ 277.580 em 31/12/2017);
- b) O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- c) Em 31/12/2018 e 31/12/2017, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- d) A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco PAN não utiliza a faculdade prevista nesta Resolução;
- e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
- f) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, conversão da MP nº 656/14, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (art. 9º, da Lei nº. 9.430/96). Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente.
- g) Em 31/10/2017 o Banco PAN concluiu a alienação da participação societária que a Companhia detinha na Stone Pagamentos S.A. (“Stone”), mediante assinatura de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avencas com a DLP Pagamentos Brasil S.A. (“DLP”). A Companhia alienou à DLP um total de 480.311 (quatrocentos e oitenta mil e trezentas e onze) ações ordinárias, correspondente a 10,10% (dez inteiros e dez centésimos por cento) do capital social da Stone, pelo valor total de R\$ 229.000 (duzentos e vinte e nove milhões de reais); e
- h) A despeito da nova composição do capital social da Companhia, o controle compartilhado do Banco PAN não foi alterado de maneira que a Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR (“CaixaPar”) e o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) permanecem como co-controladores da Companhia, reforçando o compromisso em dar suporte ao Banco PAN na execução de seu plano de negócios.

Adicionalmente, conforme informado anteriormente pela Companhia, os acionistas controladores acordaram também que (i) a CaixaPar terá o direito de adquirir do BTG Pactual 50% (cinquenta por cento) das ações da Companhia que foram subscritas e integralizadas pelo BTG Pactual no âmbito do Aumento de Capital e (ii) o BTG Pactual terá o direito de alienar à CaixaPar 50% (cinquenta por cento) das ações da Companhia que foram subscritas e integralizadas no âmbito do Aumento de Capital.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2018.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2018.

São Paulo, 1 de fevereiro de 2019.

A DIRETORIA

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2
CONTADOR

Banco Pan S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pan S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pan S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. e do Banco Pan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidado para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

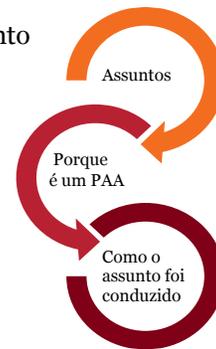
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Pan S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria em 2018 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Notas explicativas 3f e 8)</p> <p>O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, conforme divulgado na nota explicativa 1. A determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”) continua exigindo julgamento por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados.</p> <p>O processo estabelecido considera as normas e instruções determinadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BACEN), associados ao julgamento e premissas utilizadas pela Administração para determinação do risco de crédito. Tendo em vista esses aspectos, esta área continua sendo foco em nossa avaliação.</p>	<p>Obtivemos o entendimento dos controles relevantes relacionados a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa que tratam da integridade da base de dados; processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.</p> <p>Testamos a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, bem como recalculamos, em base de testes, a PCLD com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco e atraso das operações conforme normas aplicáveis.</p> <p>Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.</p>

Banco Pan S.A.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Pan S.A. e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Em função desses aspectos, essa foi uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, entendemos e testamos os controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários.

Também testamos os controles automatizados ou as informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregações de funções relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação relacionado com o processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Créditos Tributários (Notas explicativas 3n e 32b)

O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 2,9 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários, bem como deixar de atender aos requisitos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para registro e manutenção desses ativos

Realizamos o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização.

Consideramos que as premissas e critérios



Banco Pan S.A.

nas demonstrações financeiras.

adotados pela Administração são razoáveis em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco Pan S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco Pan S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos



Banco Pan S.A.

relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Banco Pan S.A.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

2º SEMESTRE DE 2018

O Comitê de Auditoria do Banco Pan S.A. (“Companhia” ou “Instituição”) apresenta seu relatório, de forma resumida, para atender ao disposto na Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, artigo 17, parágrafo 2º para publicação com as respectivas demonstrações contábeis do 2º. semestre de 2018, de forma a externar sua opinião e evidenciar informações que considera relevantes para o conhecimento e avaliação dos seus usuários.

O Comitê no cumprimento de suas atribuições legais, em destaque: avaliar a efetividade das auditorias, interna e independente, e dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos; verificar o cumprimento, pela administração, das recomendações de aprimoramento emanadas pelas auditorias e determinações de órgãos externos de fiscalização; e revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis e suas Notas Explicativas. As atividades desenvolvidas ocorreram em conformidade com o Plano de Trabalho 2018, submetido ao Conselho de Administração.

As informações foram apresentadas nas reuniões realizadas com as áreas estratégicas da Companhia, nos relatórios produzidos que explicitaram a situação dos controles, da contabilidade e do gerenciamento de riscos, bem como nos resumos, relatórios e apresentações disponibilizados pelas auditorias interna e independente. O Comitê também realizou questionamento à administração decorrentes do comportamento da economia e de eventos externos, mas relacionados às operações praticadas, e aos possíveis impactos nos negócios da Instituição. Ainda recebeu esclarecimentos do Conselho de Administração sobre temas importantes da Companhia.

Destaca-se que o Comitê foi informado que não ocorreram mudanças de critérios ou fatos relevantes que pudessem impactar o Balanço Patrimonial ou os resultados da Instituição, neste período, além daquelas mencionadas nas Notas Explicativas, onde se destacam: a realização de trabalhos na carteira de crédito para mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD, nos quais a auditoria independente não apresentou nenhuma evidencia ou inconformidade nos procedimentos adotados, ressaltando os esforços em sistemas de tecnologia para apoio a essas operações.

Foi aprovado o Plano de Negócios da Companhia pelo Conselho de Administração, inclusive em relação ao aproveitamento dos saldos de créditos

tributários. Da mesma forma, ainda em relação aos créditos tributários, a auditoria independente manteve parágrafo de ênfase no seu relatório.

Feitos tais registros e limitando suas responsabilidades à confiabilidade das informações recebidas dos componentes da Instituição, o Comitê de Auditoria considera que:

- a) A Instituição vem promovendo o aprimoramento dos controles internos e de gerenciamento de risco, em especial nos aspectos relacionados a formalização e governança. A administração implementou novos sistemas tecnológicos, e vem implementando outros que permitem a correção dos apontamentos críticos indicados pela autoridade supervisora e auditorias. Também evoluiu na estrutura normativa relacionada à mitigação de riscos, com destaque para a elaboração da Declaração de Apetite a Riscos (Risk Appetite Statement – RAS);
- b) Não se verifica fato ou evidência relevante que pudesse comprometer a efetividade ou a independência das auditorias, interna e independente, sendo elas compatíveis com o porte e as características da Companhia; e,
- c) As demonstrações contábeis, individual e consolidada, e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do relatório da administração e do parecer da auditoria independente, foram elaborados conforme a regulamentação vigente, refletindo em seus aspectos mais relevantes a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo (SP), 01 de fevereiro de 2019.

MARCOS ANTONIO MACEDO CINTRA

Presidente

PEDRO PAULO LONGUINI

Membro

ROGÉRIO BIMBI

Membro



BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº 59.285.411/0001-13
NIRE 35.300.012.879

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco PAN S.A. ("Banco PAN" ou "Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, incluindo as notas explicativas e, com base: **(a)** no Parecer dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 1º de fevereiro de 2019, onde é mencionado que os auditores tiveram acesso suficiente às informações necessárias para sua elaboração, cujos principais assuntos de auditoria são: **1** – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD"), o qual concluiu que as premissas e critérios adotados pela administração da Companhia para a determinação da PCLD são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das Demonstrações Financeiras, conforme notas explicativas nº 3f e 8; **2** – Ambiente de Tecnologia da Informação ("TI"), com procedimentos de segurança dos sistemas de TI, com teste de controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, controles automatizados ou as informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregação de funções, que propiciaram evidência para execução do processo de exame de auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia; **3** – Crédito Tributário, em relação aos créditos ativados no valor de R\$ 2,9 bilhões no Banco PAN e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo que, para a sua realização, dependem da materialização das premissas constantes do Estudo Técnico de Viabilidade de Realização de Créditos Tributários elaboradas pela Administração da Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração em 1º de fevereiro de 2019, conforme notas explicativas de nº 3n e 32b; **(b)** na reunião com os Auditores Independentes; **(c)** no resumo do relatório do Comitê de Auditoria, datado de 1º de fevereiro de 2019; e **(d)** na análise de documentos, informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pela Administração da Companhia, notadamente pela Diretoria de Controladoria e *Compliance*.

O Conselho Fiscal é de opinião que esses documentos: **(a)** refletem adequadamente as atividades desenvolvidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a situação patrimonial e a posição financeira da Companhia; e **(b)** estão em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 1º de fevereiro de 2019.

Paulo Roberto Salvador Costa

Peter Edward Cortes Marsden Wilson

Rodrigo Toledo de Cabral Cota